

Organizadores

Fuad Kyrillos Neto

Walter Melo

PSICOLOGIA E SUBJETIVIDADE

*fundamentos conceituais
e métodos de pesquisa*

editora



PSICOLOGIA E SUBJETIVIDADE

*fundamentos conceituais
e métodos de pesquisa*

Universidade do Estado de Minas Gerais | UEMG

Lavínia Rosa Rodrigues

Reitora

Thiago Torres Costa Pereira

Vice-Reitor

José César Máximo Faria

Chefe de Gabinete

Fernando Antônio França Sette Pinheiro Júnior

Pró-reitor de Planejamento, Gestão e Finanças

Magda Lúcia Chamon

Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação

Michelle Gonçalves Rodrigues

Pró-reitora de Ensino

Moacyr Laterza Filho

Pró-reitor de Extensão

Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais | EDUEMG

CONSELHO EDITORIAL

Thiago Torres Costa Pereira | *UEMG*

Flaviane de Magalhães Barros | *PUC Minas*

Fuad Kyrillos Neto | *UFESJ*

Helena Lopes da Silva | *UFMG*

Amanda Tolomelli Brescia | *UEMG*

José Márcio Pinto de Moura Barros | *UEMG – PUC Minas*

Ana Lúcia Almeida Gazzola | *UFMG*

Thiago Torres Costa Pereira

Editor-chefe

Gabriella Nair Figueiredo Noronha Pinto

Coordenação

EXPEDIENTE

Fuad Kyrillos Neto

Walter Melo

Organização

Daniele Alves

Revisão

Thales Santos

Projeto gráfico e diagramação

COMISSÃO CIENTÍFICA

Daniela Paula do Couto | *UEMG*

Rosane Zétola Lustosa | *UFPR*

Maddi Damiano Júnior | *UFF*

Imagem de capa por: www.metmuseum.org

Disponível em: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/344547>

Direitos desta edição reservados à EDUEMG.

Rodovia Papa João Paulo II, 4001. Ed. Minas, 8º andar,

Cidade Administrativa, bairro Serra Verde, BH-MG. CEP: 31630-900

(31) 3916-9080 | e-mail: editora@uemg.br | eduemg.uemg.br

Organizadores

Fuad Kyrillos Neto

Walter Melo

PSICOLOGIA E SUBJETIVIDADE

*fundamentos conceituais
e métodos de pesquisa*

editora



Belo Horizonte, 2019

P974 Psicologia e subjetividade : fundamentos conceituais e métodos de pesquisa. / Fuad Kyrillos Neto, Walter Melo, organizadores. – Belo Horizonte: EdUEMG, 2019.

112 p.

Inclui bibliografias

ISBN: 978-85-5478-022-7

1. Psicologia social. Estudo e ensino (Pós-graduação). 2. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 3. Alteridade. 4. Significação (Psicologia). I. Neto Kyrillos, Fuad. II. Melo, Walter. III. Título.

CDU: 159.979

Ficha Catalográfica: Cileia Gomes Faleiro Ferreira – CRB 6/236

Sumário

Apresentação	7
Fuad Kyrillos Neto e Walter Melo	
A alteridade inscrita na identidade: uma problemática freudiana	11
Carlos Roberto Drawin e Jacqueline de Oliveira Moreira	
Sujeito, ciência e <i>gadgets</i>: operadores para a clínica psicanalítica na atualidade	33
Alexandre Simões	
Operadores conceituais dos métodos de pesquisa em psicanálise: um estudo no PPGPSI/UFSJ	49
Maria Gláucia Pires Calzavara, Roberto Calazans, Júlio Eduardo de Castro, Wilson Camilo Chaves, Fuad Kyrillos Neto e Pedro Laureano Sobrino	
Entre Freud e Jung: a metapsicologia de Sabina Spielrein	67
Fátima Caropreso	
O Grupo Caminhos Junguianos como uma experiência de pesquisa e ensino-aprendizagem em Psicologia Analítica	87
Walter Melo	
Sobre os autores	103

Apresentação

A Psicologia contemporânea vem se consolidando como uma área de conhecimento constituída por intermédio de interlocuções com outros campos do saber. Em seu trajeto em direção à autonomia, ela produziu fértil diálogo com a Filosofia, a Antropologia e a Sociologia. Este fato propiciou um avanço significativo da Psicologia na área de humanidades, tanto que hoje ela oferece seus recursos a outras áreas de conhecimento.

Nesta obra não procederemos à exposição de diferentes teorias psicológicas, mas apresentaremos manuscritos que levem o leitor a refletir sobre os fundamentos conceituais e metodológicos de uma Psicologia que tem como cerne o compromisso com a escuta da história de vida dos sujeitos e seus contatos com a alteridade, pilares da subjetividade. Acreditamos que esta reflexão é base para o acolhimento das demandas subjetivas e sociais que diariamente são endereçadas aos profissionais da Psicologia. Demandas marcadas pela transitoriedade característica do fluxo das demandas humanas na contemporaneidade. Estas se ressignificam com frequência e, para atendê-las, a Psicologia precisa de um espaço no qual possa testar seus métodos de trabalho, o alcance e validade de suas teorias, tencionando-as com outros campos do saber. A dimensão da pesquisa parece ser a mais adequada para o enfrentamento desse desafio, pois ela possibilita o diálogo entre as diversas subáreas da Psicologia e a interlocução com áreas afins.

A instigação que tais demandas nos provocam foi um dos motivos que levaram à criação da linha de pesquisa Fundamentos Teóricos e Filosóficos da Psicologia, do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (PPGPSI/UFSJ) que se propõe “ao estudo de pressupostos teóricos, filosóficos e epistemológicos das influências formadoras do campo da psicologia e seus diversos desdobramentos na produção do conhecimento e das práticas”.

Somos sabedores que os esforços para minorar os dilemas e sofrimentos do homem requerem a contribuição robusta da pesquisa em Psicologia. Em seus dez anos de funcionamento, o PPGPSI/UFSJ tem oferecido expressiva contribuição à sociedade. Nesse período de tempo foram defendidas 205 dissertações com temáticas relacionadas à clínica (como psicose, autismo, fobia infantil, adolescência, depressão), à prática do psicólogo em instituições de saúde, educação, assistência social, além de instituições prisionais. Temos ainda pesquisas relacionadas a avaliações de serviços de saúde, inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais no universo do trabalho, validação de escalas, dentre outras. O começo das atividades do curso de doutorado, em agosto do corrente ano, viabilizará um aumento do número de pesquisas em curso no programa, assim como um aprofundamento de suas investigações.

Os manuscritos que compõem este volume privilegiam a interlocução de pesquisadores do PPGPSI e seus pares, organizados em redes de pesquisa com temáticas inerentes às pressuposições teóricas, filosóficas e epistemológicas da Psicologia e sua incidência na práxis profissional. Neste contexto, destacamos a parceria com a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), com pesquisadores que fomentam essas redes de pesquisa e que, por intermédio da inclusão de sua editora nesta cooperação, possibilitou a confecção desta obra.

Em “A alteridade inscrita na identidade: uma problemática freudiana”, Carlos Roberto Drawin e Jacqueline de Oliveira Moreira fazem um percurso freudiano, tomando como fio condutor a questão da alteridade a partir de três momentos conceituais que traduziram o reconhecimento da alteridade subjetiva, quais sejam: as teorias do inconsciente, do Superego ou Supereu (das *Über-ich*) e do Id ou Isso (das *Es*). No trajeto, os pesquisadores defendem o princípio de alteridade como chave de leitura da obra freudiana.

Alexandre Simões, em “Sujeito, ciência e *gadgets*: operadores para a clínica psicanalítica na atualidade”, parte da assertiva lacaniana de que o analista deve estar atento à subjetividade de seu tempo. O pesquisador assevera que a relação do sujeito com os *gadgets* comportaria o anseio de uma sutura da hiância entre a demanda e o desejo. Tal sutura, ainda que não cumprida, se daria por intermédio da miragem da posse do objeto. Os *gadgets*, nesse texto, são apreendidos em sua tensão com a ciência. Essa tensão é colocada por Simões da seguinte forma: há o sujeito da ciência, mas não há sujeito na ciência. Sem excluir a incidência de uma lógica alienante em todas essas circunstâncias, o manuscrito considera as formulações mais complexas que o objeto a e o Imaginário do Lacaniano dos anos 1970 ofereceriam para se localizar a problemática do sujeito na contemporaneidade. Valendo-se de uma vinheta clínica, o autor propõe que os enlaces com o corpo, com as imagens e com a tecnologia possibilitam uma aproximação da clínica com a lógica pulsional. Portanto, a rota do circuito do gozo não mais como fatídica afânise, mas como modo de apresentar o sujeito.

No manuscrito “Operadores conceituais dos métodos de pesquisa em psicanálise: um estudo no PPGPSI/UFSJ”, os autores apresentam um estudo das dissertações defendidas neste programa, utilizando o método e o referencial teórico da psicanálise. A partir desse levantamento, os pesquisadores afirmam o valor dos conceitos para a investigação em psicanálise, que, apesar de não serem tratados como dogmas, trazem consigo uma orientação específica de pesquisa. O texto ressalta a responsabilidade ética do pesquisador-psicanalista de preservar na universidade o aspecto do desejo de saber que diversas vezes se opõe às obrigações curriculares. Dessa forma, ele conecta um aspecto

fundamental da clínica psicanalítica que é a ética do desejo, que deve ser estendida e desdobrada nos vários contextos em que o psicanalista intervém.

No capítulo “Entre Freud e Jung: a metapsicologia de Sabina Spielrein”, Fátima Caropreso aponta para a importância das proposições teóricas e clínicas de Sabina Spielrein, que produz um arcabouço teórico original e que se posiciona entre as concepções de Freud e de Jung. As proposições de Sabina Spielrein acerca da dinâmica e da estrutura da psique são evidenciadas em artigos e em cartas a Jung: são apontadas características semelhantes entre os processos subconscientes e o pensamento infantil; é elaborada a sua principal noção, de “visão filogenética” que, para alguns autores, possui relação com a concepção de “inconsciente coletivo” de Jung; é apresentada a noção de “instinto de morte” como componente destrutivo do instinto sexual, diferindo do conceito de “pulsão de morte” de Freud; e são efetuados debates com Jung sobre a possibilidade de uma função prospectiva do subconsciente. A originalidade de Spielrein está relacionada à tentativa de integrar as elaborações de Freud e Jung em uma teoria geral da mente.

E, fechando o livro, é apresentado o artigo “O Grupo Caminhos Junguianos como uma experiência de ensino-aprendizagem em Psicologia Analítica”, de Walter Melo. Tendo como base a experiência da Casa das Palmeiras, clínica fundada por Nise da Silveira, em 1956, o Grupo Caminhos Junguianos se organiza a partir de duas diretrizes: a educação pelo trabalho e a busca pelos fundamentos teórico-metodológicos. A experiência clínica em variados campos de prática possibilita a produção de conhecimentos que são articulados aos critérios de inteligibilidade da experiência e ao pensamento crítico-reflexivo. Deste modo, são criados argumentos pautados em concepções de Jung sobre a utilização de metodologias diversificadas, a noção de símbolo como uma abertura para significações variadas, a relação entre temas míticos canônicos e suas variantes, e as possibilidades de interação com o mundo e de criação do mundo a partir da fantasia. Os argumentos de Jung são correlacionados às concepções de Luiz Cláudio Figueiredo acerca das maneiras de instalar o humano no mundo, transitando dos critérios de verdade para os critérios

éticos, e de Paul Feyerabend sobre a abundância do mundo e a produção de contrarregras metodológicas.

Desejamos que os manuscritos apresentados neste livro contribuam para fomentar novas discussões e pesquisas sobre os fundamentos conceituais do campo psi.

Fuad Kyrillos Neto e Walter Melo

Organizadores

A alteridade inscrita na identidade: uma problemática freudiana

Carlos Roberto Drawin

Jacqueline de Oliveira Moreira

Em nosso texto procuramos seguir o percurso freudiano, tomando como fio condutor a questão da alteridade. Normalmente, quando falamos em alteridade, queremos nos referir a outras pessoas, a outros sujeitos exteriores a nossa vivência psíquica direta, cuja expressão se dá em frases formuladas em primeira pessoa, como, por exemplo, “eu estou me sentindo triste hoje”, “acabei de ver um carro passando”, “me lembrei de você” etc. Um problema filosófico intrigante consiste em justificar a partir de nossas vivências mentais – como sentimentos, percepções e recordações – a existência de outras mentes com vivências semelhantes, mas não apreendidas diretamente. Tal problema foi aqui evocado apenas para indicar a dificuldade de se passar da linguagem em primeira pessoa (“eu estou triste”) para a linguagem em terceira pessoa (“ele está triste”), dificuldade que somente poderia ser superada por meio de um procedimento analógico. Ao observar o comportamento dos outros, eu acredito, espontaneamente, na existência de outras mentes por analogia com a minha própria mente.

Toda essa discussão foi feita com base na pressuposição da equivalência entre “mente” e “consciência”: experimentamos diretamente a nossa consciência, mas nada sabemos acerca da consciência das outras pessoas senão de modo

indireto por via analógica. Ora, ao examinar os fenômenos psicopatológicos e clínicos nos quais o sujeito sente, percebe, recorda e pensa sem o controle da mente consciente, Freud aplicou o procedimento analógico para inferir outro domínio psíquico na interioridade do próprio sujeito. Somente assim podemos compreender por analogia o que pensam as outras mentes; caso contrário, seria impossível interagir na vida social. Da mesma forma, devemos inferir por analogia a existência em nós de um domínio estranho à consciência e fora do controle do eu; caso contrário, quase nada poderíamos compreender acerca da nossa própria vida psíquica e também do comportamento dos outros sujeitos. Pode-se dizer, por conseguinte, que a investigação clínica e a criação conceitual freudianas consistiram na paciente exploração desse domínio psíquico estranho e irreduzível ao agenciamento do eu, ou, em outras palavras, a fundação da psicanálise coincide com o reconhecimento da alteridade inscrita em nós, colocando em questão a certeza e a consistência de nossa identidade.

Vamos acompanhar, então, na vasta e difícil obra freudiana, três momentos conceituais que traduziram o reconhecimento da alteridade subjetiva: as teorias do inconsciente, do Superego ou Supereu (*das Über-ich*) e do Id ou Isso (*das Es*).

1 O inconsciente como outro

No decorrer da década de 1890, Freud foi reunindo uma grande diversidade de fenômenos psíquicos, colhidos de sua clínica e da literatura psicopatológica da época, de modo a compor um quadro nosológico amplo e ordenado, de acordo com uma hipótese etiológica. Os sintomas conversivos da histeria, as reações fóbicas, as obsessões e atos compulsivos, os delírios sistematizados e os estados alucinatorios, eram manifestações diferenciadas de um mesmo mecanismo de base: a defesa contra a angústia proveniente dos conflitos psíquicos. Tal quadro, em contraposição ao das “neuroses atuais”, nas quais não se encontrava o conflito psíquico, foi designado como “psiconeurose de defesa”.

As experiências inconciliáveis com o Eu (Ego) eram desalojadas da consciência, mas não eram eliminadas como se nunca tivessem existido, pois elas permaneciam inscritas em outro lugar psíquico. Como experiências similares eram também encontradas na vida cotidiana de todas as pessoas, então a hipótese etiológica que sustentava a noção de psiconeuroses de defesa poderia ser estendida e aplicada para a compreensão do conjunto do psiquismo e não seria válida somente para o domínio da psicopatologia.

Com o estudo dos sonhos, demonstrando a continuidade entre o normal e o patológico, Freud estava apto para propor um modelo geral do aparelho psíquico, e foi o que ele fez no capítulo sete de "A interpretação dos sonhos" (1900/1999). O ponto de partida consistiu no reconhecimento do sonho como um fenômeno psíquico de pleno direito, e não como um resíduo da atividade neurológica; dotado, portanto, de sentido dentro do conjunto das atividades mentais. A continuidade entre o normal e o patológico se desdobra na continuidade entre os estados oníricos e os de vigília, ambos se constituindo no universo comum das representações. A tese central surgida na "clareza de um conhecimento súbito", foi a de seu significado genérico como "realização de desejo" (*Wunscherfüllung*) (FREUD, 1900/1999, p. 127).

Nada obstante, tal intuição exigiu um enorme esforço de elucidação. O postulado da continuidade entre o normal e o patológico, assim como entre os estados oníricos e os de vigília deveria ser sobre determinado pela elucidação da diferença específica entre eles. Afinal, se o sonho é realização de desejo, por que a sua manifestação deveria ser submetida à tão grande deformação? Todo o longo capítulo sexto é dedicado ao estudo dos processos de desfiguração do sonho, como os trabalhos de condensação (*Verdichtung*), de deslocamento (*Verschiebung*), as condições de figurabilidade (*Darstellbarkeit*), bem como a sua apresentação final por meio da "elaboração secundária" (*sekundäre Bearbeitung*). Tão tortuosos caminhos se justificam porque a moção de desejo proveniente do consciente, que bem poderia se manifestar diretamente e sem distorções, traz consigo a força de outra procedência, a saber, aquela "vinda do inconsciente"

(aus dem Unbewussten), porque o desejo consciente produz o sonho quando desperta o desejo inconsciente a ele associado (FREUD, 1900/1999, p. 558).

Na importante segunda seção do capítulo sete, quando Freud examina o enlace dos dois tipos de desejo, ele atribui o caráter irreconhecível, extravagante e absurdo de sua realização ao emergir na atualidade do sonho elementos de experiências passadas, embora ainda intensamente presentes. Se o passado é aquilo que não é mais e já passou, como explicar a sua força de “presentificação”? O engenhoso recurso freudiano foi imaginar essa relação temporal no esquema simultâneo do espaço, uma vez que no espaço as coisas ocorrem ao mesmo tempo em lugares diferentes, conjecturando que “a cena dos sonhos [*Schauplatz der Träume*] seja uma outra [cena] do que a da vida de representações de vigília” (FREUD, 1900/1999, p. 541. Tradução nossa).¹ Assim, ao expor o processo de regressão no sonho, Freud, retomando o esquema estrutural da Carta 52, enviada a Fliess, em 6 de dezembro de 1896, apresenta um diagrama com a diferenciação tópica das diversas camadas dos traços mnêmicos (*Erinnerungsspuren*) distribuídas entre o polo, ou extremo, inicial da percepção e o polo, ou extremo, final da motilidade. Essas camadas não formam uma continuidade homogênea, e, sim, sistemas heterogêneos, funcionando conforme diferentes princípios. A atividade do primeiro sistema psi é dirigida pelo “livre fluxo (*auf freies Abströmen*) das quantidades de excitação”, enquanto “o segundo sistema, através dos investimentos que dele partem, leva a uma inibição deste fluxo” (FREUD, 1900/1999, p. 605). Por conseguinte, as condições de funcionamento dos dois sistemas determinam tipos antagônicos de dominação (*Herrschaft*). O primeiro sistema sob o império do “princípio de desprazer” (*Unlustprinzip*) “nada pode além de desejar”, enquanto o segundo sistema pode estabelecer mediações representacionais “desde que seja capaz de inibir o desenvolvimento do desprazer”. No primeiro caso, o processo psíquico é designado como “processo primário” (*Primärvorgang*), e, no segundo caso, como “processo secundário” (*Sekundärvorgang*) (FREUD, 1900/1999, p. 606-607).

¹ Todas as citações de Freud inseridas ao longo deste texto foram retiradas do original em alemão. Assim, ainda que a partir de uma consulta às traduções publicadas nas edições dos textos freudianos em língua portuguesa, os trechos citados neste capítulo são traduções livres, feitas pelos autores deste texto, a partir dos originais em língua alemã.

No sétimo capítulo da *obra princeps*, em sua última seção, a seção F, justamente intitulada “O inconsciente e a consciência”, Freud rejeita com veemência a tese psicológica segundo a qual o “psíquico” seja precisamente ‘a consciência’ e ‘processos psíquicos inconscientes’ seja um óbvio contrassenso” (FREUD, 1900/1999, p. 616).

Quinze anos depois da proposição da Primeira Tópica no sétimo capítulo de “A interpretação dos sonhos”, Freud reapresentou seu modelo do aparelho psíquico no artigo metapsicológico de 1915, intitulado “O inconsciente”, reiterando noções e argumentos já anteriormente expostos. Nele, Freud justifica a introdução da ideia de inconsciente como uma exigência científica, isto é, como um recurso necessário para apreender com algum nível de inteligibilidade os fenômenos que se apresentam na clínica e escapam a uma concepção meramente consciencialista.

A consciência se caracteriza pela intencionalidade, sendo esta a atividade espontânea através da qual o eu é capaz de orientar-se numa direção determinada e de controlar a sua visada, como ao focalizar algum aspecto do campo perceptivo, mnêmico ou cognitivo. Todavia, as parapraxias, os atos falhos, os sintomas, os sonhos e todas as diversas manifestações posteriormente designadas na teoria psicanalítica como “formações do inconsciente” são fenômenos irrecusáveis que ultrapassam a possibilidade da orientação e do controle intencionais conscientes. A equivalência entre psiquismo e consciência restringiria a possibilidade de compreender a natureza psíquica desses fenômenos, e restaria à ciência considerá-los apenas como efeitos de processos corporais.

A dificuldade desse tipo de explicação organicista consiste no círculo vicioso do reducionismo: os fenômenos deixam de ser compreendidos em seu próprio nível epistêmico ao serem concebidos como resíduos de processos corporais. Assim, por exemplo, uma percepção consciente como a visão da cor vermelha certamente possui algum tipo de correlato neural, mas este não substitui a vivência da cor vermelha em seu significado próprio. Também as vivências que escapam à nossa orientação intencional e ao nosso controle têm correlatos

neurais, mas não se reduzem a eles e exigem uma compreensão especificamente psíquica. A teoria freudiana do inconsciente objetiva preservar a inteligibilidade desses fenômenos, rejeitando quer a sua redução a explicações de ordem somática, quer as explicações inteiramente dependentes das descrições conscientes. A consciência certamente é o ponto de partida para a construção de um modelo conceitual capaz de apreender o sentido do aparentemente sem sentido, afinal somos capazes de descrever afetos incongruentes, ações compulsivas e pensamentos obsessivos.

Certamente aqui nos deparamos com um paradoxo, mas este deve ser sustentado por um discurso que não o dissolva, porque a subjetividade humana não é nem uma coisa entre outras coisas, como quer certo materialismo ingênuo, nem é pura transparência da consciência para si mesma, como quer certo psicologismo não menos ingênuo. A estranheza de um inconsciente não somático e de um psiquismo não consciente não pode ser dissipada, porque o ser humano não é um problema a ser resolvido, e sim uma interrogação a ser enfrentada e continuamente repostas. Tal enigma já havia sido apreendido pelos trágicos gregos no momento aparentemente luminoso da democracia ateniense e também o foi por Freud, no momento em que as luzes da razão pareciam se espalhar por todo o ocidente afastando os temores das antigas crenças e velhas superstições. A investigação por ele iniciada, quando a persistência na escuta subverteu a neurologia de sua formação científica inicial, atravessou quatro décadas para se adensar cada vez mais.

Nem por isso Freud se entregou ao inefável, ao esotérico e misterioso. Ao contrário, ele foi um trabalhador incansável do conceito, um dedicado artesão da escrita e um corajoso combatente contra as obscuridades. Por isso, o inconsciente não foi pensado como uma região brumosa e inacessível, e, sim, concebido como um sistema dotado de leis específicas e construído a partir de três dimensões, necessárias à sua análise conceitual: a tópica ou topográfica, a dinâmica e a econômica. Talvez uma narrativa dramática nos ajude a visualizar essas três dimensões. Nós vimos como o conflito psíquico foi tomado como critério para reunir diversas afecções num agrupamento nosológico, designado

como “psiconeuroses de defesa”. Se, para efeito de visualização, podemos projetar imaginariamente o conflito psíquico no mundo social, veremos facilmente como grupos com interesses diversos e antagônicos acabam por ocupar e dominar territórios diferentes na sociedade. As suas fronteiras nunca são fixas e estáveis, já que há sempre entrechoques e invasões recíprocas, sendo as lutas travadas visando dominar o maior número de recursos disponíveis. De modo semelhante, no mundo psíquico, os territórios são representados pelos dois grandes lugares, ou *topoi*, os sistemas consciente/pré-consciente, tendo como núcleo o Eu (Ego) e o inconsciente, constituído pelo conteúdo sexual recalçado. Esta é a dimensão tópica. Os confrontos, ameaças e interferências entre as regiões mostram como as fronteiras são fluidas, embora jamais desapareçam. Esta é a dimensão dinâmica. Os recursos pela posse dos quais a luta é travada representam a energia psíquica, os investimentos pulsionais que ora podem circular livremente como no processo primário e ora ficam retidos como no recalque e no processo secundário. Essa é a dimensão econômica.

Utilizamos esse recurso narrativo para realçar o caráter dramático da elaboração freudiana, tantas vezes vazada de modo puramente conceitual. Por isso, na perspectiva analógica antes ressaltada, podemos falar do inconsciente como uma espécie de outro atravessando o Eu. No artigo metapsicológico “O inconsciente”, Freud (1915/1999a) utiliza esse recurso argumentativo ao defender a existência do inconsciente como realidade psíquica, e não como um princípio cósmico. Quando falamos do inconsciente, não rompemos com o modo habitual de pensar e de produzir conceitos. Quem faz ciência é evidentemente o sistema consciente/pré-consciente, pois é nesse sistema que encontramos as faculdades de perceber, julgar, refletir e raciocinar próprias de todo processo de conhecimento. O próprio inconsciente só pôde ser concebido e acessado à luz de suas interferências nos processos conscientes, embora ele possua outra lógica de funcionamento distinta daquela do sistema consciente/pré-consciente. Ou seja, se somos obrigados a inferir a consciência do outro sujeito interpretando os sinais de sua presença a partir da vivência imediata de nossa própria consciência, do mesmo modo, poderemos inferir o

inconsciente, por meio de diversos signos de sua presença como se houvesse uma espécie de outro em nós.

Assim, ele refuta a objeção do empirismo ingênuo incapaz de compreender as estruturas subjacentes na mais simples percepção dos sentidos. Tais estruturas não podem ser apreendidas empiricamente – não as vemos, não as tocamos, escapam às atividades sensoriais – e nem por isso deixam de ser condições necessárias postas como exigência de toda e qualquer apreensão empírica. Por isso, Freud retoma um argumento do idealismo transcendental afirmando:

como Kant nos advertiu, não devemos desconsiderar o condicionamento subjetivo de nossa percepção e não tratar nossa percepção como idêntica com o percebido incognoscível. Assim, a psicanálise adverte para não colocar a percepção da consciência no lugar do processo psíquico inconsciente que é o seu objeto. Como o físico, também o psíquico não precisa, na realidade, ser tal como nos aparece. Mas nós com satisfação dispomos da experiência de que a correção da percepção interna não oferece dificuldade tão grande quanto aquela da [percepção] externa de que o objeto interior é menos incognoscível que o mundo exterior (FREUD, 1915/1999a, p. 270).

A estranha expressão “percebido incognoscível” (*unerkenntbar Wahrgenommen*), usada na passagem citada, remete àquelas estruturas subjacentes, porém necessárias; a todo ato de percepção, assim como os processos inconscientes são estruturas subjacentes e necessárias à compreensão das lacunas e distorções dos processos conscientes. Assim como as outras mentes são inferidas, a partir de signos analogicamente interpretados, também nós somos convidados a aplicar o procedimento de inferência a nós mesmos e concluirmos que os fenômenos ininteligíveis à luz da consciência exigem o reconhecimento de um princípio de alteridade ou, como diz Freud,

todos os atos e manifestações que eu observo em mim mesmo e não sei como vincular com o resto de minha vida

psíquica precisam ser julgados como se [*als ob*] eles pertencessem a uma outra pessoa e devem encontrar elucidação por meio de uma vida anímica a ela atribuída (FREUD, 1915/1999a, p. 268).

A alteridade da outra mente é transposta para o próprio sujeito como indica o condicional “como se” (*als ob*), colocado antes da atribuição daqueles atos e manifestações “a uma outra pessoa” (*einer anderen Person*). O primeiro resultado do procedimento, quando aplicado ao próprio sujeito, conclui pela existência nele de uma “segunda consciência”, porém, ao contrário da inferência da mente consciente em outras pessoas, esta “segunda consciência” teria a estranha propriedade de ser “uma consciência inconsciente” (*ein unbewusstes Bewusstsein*), e sua heterogeneidade em relação à “primeira consciência”, aquela diretamente conhecida, exigiria uma terceira instância capaz de relacioná-las, produzindo, assim, uma “terceira consciência”, uma “quarta” e assim por diante, numa “série interminável de estados de consciência que são todos desconhecidos para nós e entre si” (FREUD, 1915/1999a, p. 269). Para evitar essa conclusão absurda, a psicanálise enfatizou a diferença específica do seu procedimento analógico, acentuando o princípio de alteridade. Duplicando-o, pôde atribuí-lo também ao outro sujeito: não apenas não temos acesso à mente de outro sujeito, mas ele mesmo não tem acesso completo à sua própria mente.

A atribuição universal do inconsciente, que o reconhece como uma dimensão de alteridade presente em todos os sujeitos, comporta uma implicação prática de grande relevância. Se o outro não tem acesso direto a si mesmo, ele também, do mesmo modo que ocorre em mim mesmo, só pode se conhecer por meio da interpretação dos signos que circulam nas interações simbólicas. Somente através do jogo hermenêutico continuamente praticado na vida social, a trama analógica pode ser reconstruída. Não há algo como um conhecimento de si inteiramente autossuficiente; não há autoconhecimento plenamente autônomo na dinâmica da comunicação do inconsciente; desta forma, só podemos nos conhecer pela mediação dos outros. Aí se encontra o fundamento genérico da clínica psicanalítica, tendo a transferência como sua referência maior e

incontornável. Este tópico é aqui apenas mencionado, exigindo, portanto, muitos outros esclarecimentos.

Demarcada a questão estrutural do sistema inconsciente como princípio da alteridade em nós, ainda nos caberia perguntar sobre a gênese ou sobre a formação dos conteúdos do inconsciente. Na primeira seção de “Sobre a história do movimento psicanalítico”, Freud afirma a inteira originalidade de sua descoberta, apesar de reconhecer a surpreendente coincidência entre a explicação da loucura proposta por Schopenhauer e a sua teoria do recalque (MOREIRA, 1998). A intuição do filósofo antecipou a descoberta freudiana, mas não a substituiu, pois ela resultou da “penosa investigação psicanalítica”. Não deixa de ser bastante significativo que logo após fazer a defesa de sua originalidade, Freud faça uma afirmação célebre: “a teoria do recalque é certamente o pilar fundamental no qual repousa o edifício da psicanálise, assim justamente a sua parte mais essencial [...]” (FREUD, 1914/1999a, p. 53-54). Por quê? Porque o conteúdo do inconsciente é o resultado do processo de recalque desencadeado pela invasão do aparelho psíquico pelo desprazer, ou, antes, de como prazer e desprazer são intercambiáveis em função dos lugares psíquicos nos quais ocorrem. A condição para o recalque consiste, então, na prevalência do desprazer, no contexto do conflito entre exigências inconciliáveis: a “condição do recalque é que o motivo de desprazer tenha conquistado um poder maior do que o prazer da satisfação” (FREUD, 1915/1999b, p. 249). Logo, “a essência do recalque consiste na rejeição [*Abweisung*] e no manter afastado [*Fernhaltung*] [algo] da consciência” (FREUD, 1915/1999b, p. 250). Se assim é, então “o recalque não é um mecanismo de defesa originariamente existente, que ele não pode surgir até que tenha se produzido uma nítida separação entre a atividade anímica consciente e inconsciente” (FREUD, 1915/1999b, p. 250). De onde proviria tal separação? Freud é, assim, obrigado a postular algo como uma “primeira fase do recalque”, um “recalque originário” (*Urverdrängung*) (FREUD, 1915/1999b, p. 250).

Não se podem minimizar as consequências filosóficas dessa concepção da psicanálise freudiana. A teoria filosófica da representação foi crucial para a

moderna teoria do conhecimento, pois a representação não é apenas o meio no qual (*medium in quo*) se dá o contato do sujeito cognoscente com o objeto conhecido, mas é o próprio objeto intencional, o termo imediato (*id quod*) do processo cognitivo (VAZ, 1997, p. 160-162). A representação de alguma forma nos dá acesso à realidade capaz de ser apreendida pela razão. Se a representação enquanto representante pulsional recalado torna-se um elemento invasivo, escapando ao controle racional do Eu, então todo edifício do conhecimento moderno é posto em questão, e a própria relação do homem com a realidade necessita ser revista. O projeto de uma dominação exaustiva da natureza por meio da razão técnica, assim como o programa de reconstrução completa do mundo da vida por meio da engenharia social, entra em colapso. O caráter irreduzível da alteridade, presente no campo supostamente identitário do mesmo racional, abre novas perspectivas para o conhecimento e a ação.

2 O outro no Eu

No contexto da Primeira Tópica, a cisão entre os dois sistemas psíquicos ainda preserva a integridade do Eu. De um lado, temos o representante-representação da pulsão sexual, o princípio de prazer, a representação-coisa, o recalado, a energia livre, o processo primário, e, do outro, temos o Eu e o interesse da autoconservação, o princípio de realidade, o recalante, a energia ligada, o processo secundário. Esse modelo metapsicológico confere certa clareza na compreensão do funcionamento psíquico e parece elucidar bem o conflito entre o sexual de natureza infantil e as forças egoicas. Aos poucos, porém, a imagem do Eu como uma fortaleza assediada pelas hostes inimigas começa a ruir. A investigação da psicose, à luz da teoria da libido, evidenciou duas características desses doentes: “a megalomania e o abandono do interesse pelo mundo exterior (pessoas e coisas)”. Neles, diz Freud, “a libido retirada do mundo externo tornou-se dirigida ao Eu; assim surgiu um comportamento que nós poderíamos chamar narcisismo [*Narzissmus*]” (FREUD, 1914/1999b, p. 139-140). A generalização desse tipo de conduta, abarcando uma ampla gama de fenômenos – diversos tipos de afecções psicopatológicas, a psicologia das

crianças, a vida amorosa dos adultos, a onipotência do pensamento primitivo – impôs a aceitação da ideia de um narcisismo primário e normal. Afinal, de onde viria a libido investida no mundo senão do Eu, para onde ela acaba retornando? Se o Eu é reservatório e objeto da libido, se ele desde sempre já foi possuído pela pulsão sexual, o que restaria de sua pretensa autonomia? Ao se descobrir a presença insidiosa do inimigo no interior dos muros da cidadela egoica, o esquema até então nítido da Primeira Tópica vai ficando cada vez mais obscurecido. Tudo deve ser repensado.

Como já foi sublinhado, só temos conhecimento de algo por meio da consciência; os fenômenos são sempre manifestações para uma consciência, e os construtos conceituais são também elaborações do pensamento consciente. Os fenômenos posteriormente designados como “formações do inconsciente”, assim como a teoria do inconsciente conhecida como Primeira Tópica, podem ser encaixados, de alguma forma, dentro do esquema genérico sujeito-objeto. De modo bem simples: o inconsciente pode ser considerado como um objeto para o sujeito visto como o Eu. O desafio da loucura, enfrentado teoricamente por Freud a partir das críticas de Jung e da introdução do conceito de narcisismo, consiste justamente no desmoronamento do Eu e no impasse epistemológico daí decorrente, o qual pode ser dissolvido se tomarmos a loucura como um fenômeno orgânico, ou se estabelecermos uma clara descontinuidade entre o normal e o patológico. Neste caso, o esquema sujeito-objeto é preservado. Ora, Freud não aceita nenhuma destas duas vias e por isso vai se enveredando por enormes dificuldades. Se há algo como um narcisismo primário e normal, então o Eu, longe de ser uma instância segura de conhecimento, está desde sempre marcado pelo desconhecimento e pela ilusão. Não há como enfrentar aqui um problema tão intrincado, pois para isso teríamos de mobilizar recursos teóricos que surgiram apenas com as investigações e discussões pós-freudianas.

Freud reconhecia a dificuldade, mas não abandonou as novas possibilidades abertas com a generalização do conceito de narcisismo. No início da XXXI conferência da série das “Novas conferências acerca da introdução à psicanálise”, publicada em 1933 e intitulada “A dissecação da personalidade psíquica”,

ele relembra como a psicanálise começou com a investigação do sintoma, justamente o fenômeno psíquico “mais estranho em relação ao Eu” (*Ichfremdesten*). O sintoma provém do recalcado, e este “para o Eu é terra estrangeira” (FREUD, 1933/1999, p. 62). Esta estranheza, porém, poderia ser posta como objeto para o Eu, enquanto, ele adverte, “a exposição da psicologia do ‘Eu’ lhes produzirá efeitos diferentes daqueles da introdução ao mundo psíquico subterrâneo que a precedeu” (FREUD, 1933/1999, p. 63). Por quê? Porque uma boa parte da epistemologia do século XIX recusou o estatuto de ciência à psicologia justamente por causa da impossibilidade de transformar o sujeito em objeto.

Este repto positivista levou o behaviorismo a abandonar a noção de mente como objeto da psicologia para substituí-la pelo conceito de comportamento (DRAWIN; MOREIRA, 2016, p. 23-30). Nesta perspectiva, Freud mesmo se interroga: “nós queremos tomar o ‘Eu’ objeto dessa investigação, o nosso próprio Eu. Mas pode-se fazer isso? O Eu, afinal, é o próprio sujeito, como pode tornar-se objeto?” (FREUD, 1933/1999, p. 63-64). E logo ele rejeita a objeção não por meio de uma discussão epistemológica, mas a partir da observação dos fenômenos psicopatológicos e de nossa própria experiência. O Eu pode observar, julgar, criticar e martirizar a si mesmo, podendo uma parte contrapor-se frontalmente a outra. Assim, se o Eu é cindível (*spaltbar*) em sua própria constituição, então também teoricamente ele pode ser tomado como objeto, embora permanecendo simultaneamente como sujeito.

O postulado da continuidade entre o normal e o patológico já tinha possibilitado estabelecer o conceito de narcisismo normal e agora também a cisão do Eu pode ser generalizada. A nossa experiência moral, desde um ponto de vista psicológico e não estritamente ético, mostrou como o nosso Eu é observado, vigiado, regulado, julgado e não raras vezes condenado por outra parte de nosso Eu. As distorções da consciência moral (*Gewissen*) podem ser estruturalmente compreendidas através da proposição de uma instância parcialmente proveniente do próprio Eu, denominada como Supereu (Superego) e considerada como um duplo moral do Eu (Ego). Ao examinar o caso da melancolia, Freud

(1933/1999, p. 66) descreve como “o Supereu [Superego] severo em excesso insulta, humilha e maltrata o pobre Eu [Ego]”, e como

o Supereu [Superego] aplica o mais rigoroso padrão moral ao Eu [Ego] desamparado à sua mercê, ele certamente representa em geral as exigências da moralidade, e nós compreendemos imediatamente que o nosso sentimento de culpa moral é a expressão da tensão entre Eu [Ego] e Supereu [Superego] (FREUD, 1933/1999, p. 67).

A exposição freudiana acerca das relações entre as duas instâncias utiliza uma linguagem francamente antropomórfica. Fala-se de um Eu pobre, desamparado, ofendido, maltratado, humilhado. Longe de ser um equívoco, um modo de expressão alheio ao rigor científico, trata-se de uma descrição pertinente por ressaltar a alteridade inscrita no interior do Eu como se fosse alguma outra pessoa a agir dentro de nós, como também por assinalar a origem externa da consciência moral: “se a consciência moral [*Gewissen*] é também algo dentro de nós [*in uns*]; apesar disso, não é assim desde o início [...] o papel assumido posteriormente pelo Supereu [Superego] foi anteriormente desempenhado por um poder externo, pela autoridade parental” (FREUD, 1933/1999, p. 67-68). Quando “o obstáculo externo é internalizado, o Supereu [Superego] se coloca no lugar da instância parental, e agora observa justamente como antes [faziam] os pais da criança” (FREUD, 1933/1999, p. 68).

Há um intercâmbio entre o interno psíquico e o externo cultural, ou, como diz Freud, a base do processo é a assim chamada identificação, isto é, o assemehlamento (*Angleichung*) “de um Eu a um Eu estranho” (FREUD, 1933/1999, p. 69). Há diferentes tipos de identificação na formação do Supereu, como a incorporação ou a regressão de uma escolha objetal. O mais importante, todavia, consiste em situar em sua gênese a estrutura edípica tomada como mediação necessária para o processo de articulação entre o externo e o interno, entre o cultural e o psíquico.

A importância dessa mediação não pode ser negligenciada, porque, se por um

lado o Supereu traduz a severidade parental podendo fustigar duramente o Eu, por outro, a estrutura triangular do Édipo introduz um terceiro elemento que atravessa como uma cunha o espelhamento que alimenta a fusão e a agressividade do Eu com relação ao outro. Abre-se, então, o espaço do “ideal do Eu [Ego] [*Ichideal*]”, e, por isso, “talvez essa identificação seja em geral a condição sob a qual o Isso [Id] abandone seus objetos” (FREUD, 1923/1999, p. 257), funcionando como uma forma de controle do Eu sobre o Isso. Compreende-se facilmente, então, como o princípio de alteridade não consiste apenas na destituição da pretensão egoica de transparência, autonomia e controle, mas também regula a entrada do sujeito no universo da cultura pela via da sublimação. Não é o caso de acompanharmos aqui o circuito intrincado da sublimação. Basta-nos simplesmente recordar como a sublimação, resultando da transformação da libido objetal em libido narcísica, com o seu posterior redirecionamento para objetos culturalmente valorizados, envolve consideráveis riscos não apenas para os indivíduos, mas também na própria dinâmica da cultura. A passagem pelo narcisismo traz implícita a possibilidade de suscitar novamente a eclosão da agressividade sempre associada aos processos de identificação, embora a alteridade representada pela estrutura edípica triádica seja a única via de saída para a vida comunitária e a construção partilhada da cultura.

3 A estranheza mais radical

Após a introdução do conceito de narcisismo e a postulação da pulsão de morte, Freud propõe um segundo modelo tópico que não exclui, mas apenas sobredetermina o primeiro modelo. A ideia de Isso (Id) como instância psíquica, retoma aquela do inconsciente sistemático. Como este, o Isso não obedece às leis da lógica vigentes no pensamento consciente, não havendo nele negação ou o princípio de contradição. Do mesmo modo, ele não está submetido ao espaço e ao tempo como condições transcendentais de todo conhecimento. Situando-se fora do tempo e das leis da lógica, o Isso também desconhece os juízos de valor e a diferença entre o bem e o mal. Entretanto, a produção do novo conceito possibilita a introdução da discussão sobre a determinação da

herança filogenética na constituição da subjetividade, cria um espaço conceitual para reflexão sobre a pulsão de morte e suas implicações na clínica e aponta uma saída para a aporia teórica surgida com a descoberta do “ego inconsciente”.

Sobre a necessidade de forjar a ideia do Isso como um modo mais radical de pensar o inconsciente, vamos nos limitar apenas a duas observações. A primeira diz respeito à psicose. A fragmentação do Eu psicótico e a reconstrução delirante da realidade não podem ser apreendidas pelo mecanismo do retorno do recalcado. Um retorno pressupõe a manutenção de uma fronteira, mesmo frágil, e uma perda moderada da realidade. A derrocada recíproca do Eu e da realidade tal como nos é dada na percepção socialmente partilhada parece indicar a inexistência do recalque. Como vimos anteriormente, a dificuldade foi enfrentada através da teoria da constituição narcísica do Eu (Ego) e de seus desdobramentos como “eu/ego ideal” (*Idealich*), “Ideal do eu/ego” (*Ichideal*) e “Supereu/Superego” (*Über-ich*), embora tais distinções conceituais não apareçam nitidamente aclaradas no texto freudiano.

Nada obstante, a segunda observação, também no domínio do Eu, de modo semelhante à separação entre os sistemas consciente/pré-consciente e inconsciente, a fronteira se mantém, como vemos no jogo sutil de inter-relações entre o “eu/ego ideal” e o “ideal do eu/ego”, bem como na linguagem antropomórfica utilizada na descrição dos conflitos entre o Eu e o Supereu. O avanço dessa nova conceituação pode ser avaliado através da melhor compreensão do fenômeno clínico da resistência. Se o conteúdo recalcado circula continuamente e parece sempre prestes a emergir, como mostram as “formações do inconsciente”, como poderíamos explicar o movimento contrário ao retorno do recalcado? A resistência não é uma transgressão da fronteira do recalque, e sim o seu reforço repetitivo, e, por isso, a sua explicação parece exigir o trabalho de um agente inconsciente que não poderia ser outro senão o próprio Eu. Daí a relevância clínica da teoria do narcisismo e, por conseguinte, da clivagem do Eu. Ora, a resistência, assim como outros mecanismos facilmente observáveis, por exemplo, na neurose obsessiva, busca assegurar não somente a estabilidade interna do Eu, mas também a sua compatibilidade com a ordem

social. Compreende-se, então, o imenso dispêndio de energia dos obsessivos para evitar a irrupção dos sintomas na superfície da vida social. Ou seja, tanto a fronteira intersistêmica da Primeira Tópica quanto às diferenciações intraegoicas corroboradas pela teoria do narcisismo são evidenciadas e, de certa forma, mantidas em suas transgressões. Sem fronteira, obviamente não haveria transgressão.

Os fenômenos psicóticos são vários e intrincados. Aqui, porém, pode-se levantar a hipótese do apagamento das fronteiras. Como entender isso? Certamente não há algo como um desaparecimento total de todos os limites, tão somente a postulação do Outro irredutível ao universo das representações. O Isso concebido em relação com as outras instâncias psíquicas também é descrito de modo antropomórfico, como se fosse uma pessoa em luta permanente com outras. O “Isso (Id)” foi um termo tomado de empréstimo a Groddeck, que o usou para assinalar a passividade do Eu enquanto “vivido por poderes desconhecidos e ingovernáveis” (FREUD, 1923/1999, p. 251). O Isso em si, e não como instância psíquica inter-relacionada, é um conceito-limite, e a sua forma neutra (*das Es*) aponta para “o impessoal e a necessidade natural de nosso ser” (FREUD, 1923/1999, p. 251). Qual é a sua relevância? Não sendo cognoscível em si mesmo, ele introduz na teoria um elemento irredutível, marcando a presença de uma estranheza absoluta no coração mesmo do humano. Incognoscível e ingovernável, o Isso não é mero vazio. Se, como um “X”, marca um lugar, não o faz na forma da simples espacialidade, pois faz efeito como uma realidade, ou, antes, pode ser concebido um fundo produtivo exterior ao universo representacional, mas sempre nele interferindo.

Desse modo, Freud, o intelectual ilustrado, mostra sua proximidade com Schopenhauer, o grande filósofo do pessimismo e da metafísica da vontade. Para o filósofo alemão, a vontade nada tem a ver com uma faculdade espiritual. Nesta perspectiva, quando alguém diz “eu quero fazer tal coisa etc.”, antes ela “é uma força cuja *ratio essendi* é a vida ou o querer-viver mais forte que

toda decisão subjetiva e a *ratio cognoscendi* o corpo²” (VAYSSE, 1999, p. 285. Tradução nossa).

Não é difícil perceber como o corpo atravessado pela natureza e pela cultura foi desde os estudos sobre a histeria o meio pelo qual o inconsciente se manifestou e se tornou conhecido (*ratio cognoscendi*). Todavia, o imperativo pulsional não se submete aos ditames da razão, pois sua essência é o cego querer-viver (*Wille zum Leben*). Esse querer-viver nada tem a ver com a vontade racional e sensata de conservar a vida. Ao contrário, trata-se de um impulso carente de lucidez e finalidade, de controle e limite, algo como um “para além” de todo esforço de ordenação individual e social. O “querer-viver” é manifestação da vontade cega, e esta

considerada nela mesma e apartada de seu fenômeno, permanece exterior ao tempo e ao espaço; por conseguinte não conhece pluralidade alguma, portanto é uma [...] não no sentido de que um indivíduo, ou um conceito é uno, mas como algo alheio àquilo que possibilita a pluralidade, o *principium individuationis*. [...] a vontade] não está submetida às figuras do princípio de razão, ou seja, é sem fundamento (SCHOPENHAUER, 2005, p. 189-199).

Essa intuição filosófica de Schopenhauer nos ajuda a compreender porque o Isso, sendo a sede das pulsões, abriga em seu fundo o vazio produtivo da pulsão de morte. Porque a pulsão para além do “princípio de prazer”, tomada em si mesma e não enquanto fenômeno ou enquanto manifestação apreendida na trama das representações, nada quer senão a afirmação de si mesma, indiferente à autoconservação do indivíduo, alheia ao *principium individuationis*. Com tais especulações, Freud reconhece ter “inadvertidamente chegado ao porto da filosofia de Schopenhauer, para quem certamente a morte é o “autêntico resultado” na medida em que é o fim da vida, enquanto a pulsão sexual é a encarnação da vontade de viver” (FREUD, 1920/1999, p. 53). O querer-viver e, por conseguinte, a pulsão sexual aponta para além de si mesmo, levando Freud

² est une force dont la ratio essendi est la vie ou le vouloir-vivre plus fort que toute décision subjective et la ratio cognoscendi le corps.

a dizer: “a meta de toda vida é a morte e, retrospectivamente, o inanimado era anterior ao vivente” (FREUD, 1920/1999, p. 40).

Seriam essas especulações supérfluas para a teoria e a prática psicanalíticas? Mero exercício de diletantismo filosófico? Acreditamos que não. A introdução da pulsão de morte como elemento irreduzível e mais estranho inscrito nas possibilidades do humano nos ajuda a compreender alguns dos fenômenos mais desconcertantes da psicopatologia e, ainda, a razão do fracasso da educação e dos tratamentos biológicos idealizados no intuito de eliminar definitivamente o mal-estar do ser humano.

Ao iniciar este tópico, falamos em duas observações. A primeira é referente à psicose, e a segunda observação diz respeito à cultura. Entretanto, não cabe aqui desenvolvê-la, ficando apenas uma breve sinalização. A modernidade ilustrada, dizíamos no início de nosso texto, abrigou desmesuradas esperanças na inauguração de uma época de paz, prosperidade e liberdade. Como anteviu Goya, os sonhos da razão produziram monstros, e a realidade do século os desmentiu duramente. Nada nos impede de continuarmos amando e trabalhando, sem apostar demasiado alto, todavia, em nossos projetos sociais e políticos e sem confiar ingenuamente no progresso histórico.

Na quarta seção de “Totem e tabu”, ao apresentar o mito da horda primitiva e o assassinato do “violento pai primordial”, Freud mostrou como “no ato da devoração, eles (os irmãos) realizavam a identificação com ele por meio de cada um se apropriar uma parte de sua força”. E prossegue argumentando que “o banquete totêmico, talvez a primeira festa da humanidade, seria a repetição e a celebração recordativa desse ato memorável com o qual tiveram o seu início muitas coisas: as organizações sociais, as limitações éticas e a religião” (FREUD, 1913/1999, p. 172). Ainda no início do último século (1913) e antes do início da Primeira Grande Guerra, a associação da lei com o crime nos soa como uma grave advertência. Talvez, funcionando como uma espécie de “heurística do medo”, a figura do Outro radicalmente estranho nos sirva como um convite de

sabedoria, esta sabedoria da finitude vinda como remédio amargo e necessário na contenção das renitentes ilusões de nossa modernidade declinante.

Considerações finais

Qual foi o argumento axial do nosso texto? Simplesmente mostrar, sem pretensões de exaustividade, como o princípio de alteridade pode ser uma chave de leitura para a extensa e difícil obra freudiana. Ele a atravessa num movimento crescente de radicalização: desde o inconsciente da Primeira Tópica, como uma ruptura com o pensamento consciencialista, passando pelo Supereu como agente crítico do Eu, e, por fim, com o Isso, como insanável presença da alteridade pulsional.

Referências

ASSOUN, Paul Laurent. **Freud, a filosofia e os filósofos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

DRAWIN, Carlos Roberto; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. A vocação filosófica da psicologia. In: DRAWIN, Carlos Roberto; FERREIRA NETO, João Leite; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira (Orgs.). **A filosofia na psicologia: diálogos com Foucault, Deleuze, Adorno e Heidegger**. São Paulo: Edições Loyola, 2016. p. 15-42.

FREUD, Sigmund 1900. Die Traumdeutung. In: FREUD, Sigmund. **Gesammelte Werke**. Bd. II, III. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1999.

_____. 1913. Totem and tabu. In: FREUD, Sigmund. **Gesammelte Werke**. Bd. II, III. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1999.

_____. 1914. Zur Geschichte der psychoanalytischen Bewegung. In: FREUD, Sigmund. **Gesammelte Werke**. Bd. X. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1999a.

_____. 1914. Zur Einführung des Narzissmus. In: FREUD, Sigmund. **Gesammelte Werke**. Bd. X. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1999b.

_____. 1915. Das Unbewusste. In: FREUD, Sigmund. **Gesammelte Werke**. Bd. X. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1999a.

_____. 1915. Die Verdrängung. In: FREUD, Sigmund. **Gesammelte Werke**. Bd. X. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1999b.

_____. 1920. Jenseits des Lustprinzips. In: FREUD, Sigmund. **Gesammelte Werke**. Bd. X. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1999.

FREUD, 1923. Das Ich und das Es. In: FREUD, Sigmund. **Gesammelte Werke**. Bd. X. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1999.

_____. 1933. Die Zerlegung der psychischen Persönlichkeit. In: FREUD, Sigmund. **Gesammelte Werke**. Bd. X. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1999.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. Freud e a filosofia: a herança schopenhaueriana. **Psicanálise e Universidade**, São Paulo, n. 8, 1998.

SCHOPENHAUER, Arthur 1819. **O mundo como vontade e representação**. Primeiro tomo. Tradução de Jair Barboza. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VAYSSE, Jean-Marie. **L'inconscient des modernes**: Essai sur l'origine métaphysique de la psychanalyse. Paris: Éditions Gallimard, 1999.

VAZ, Henrique C. de Lima. **Escritos de Filosofia III**: Filosofia e cultura. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

Sujeito, ciência e *gadgets*: operadores para a clínica psicanalítica na atualidade

Alexandre Simões

A segunda metade dos anos 1960, especialmente o ano de 1966, comporta um ponto decisivo para a justa localização da Psicanálise na ampla e multifacetada cena de discussões epistemológicas que se mostravam efervescentes naquela época, sobretudo em solo francês. O debate epistemológico da época comportava, especialmente, as searas das Humanidades e suas fronteiras com outros campos do saber e da técnica sem, contudo, deixar de crescentemente resvalar nos âmbitos da Tecno-ciência, da nascente Cultura de Massa e dos rudimentos do que viria a ser a Cibercultura (SIBILIA, 2002; ECO, 2004; DOMINGUES, 2004). Por meio desse debate epistemológico, abria-se a via que, na crítica ao humanismo e às suas contradições, comportaria diatribes acerca dos limites do humano e do pós-humano, já dando ensejo ao que iria se espriar poucas décadas após, em nosso surgente século XXI (HARAWAY, 2016; SIBILIA, 2015; DOMINGUES, 2012).

Lembremo-nos que este foi o momento preciso no qual obras marcantes, que protagonizaram a formação de boa parte de toda uma geração da intelectualidade brasileira pós-1960, vieram a lume. Vale ressaltar, sem pretendermos aqui estabelecer uma lista exaustiva, que Gilles Deleuze, Michel Foucault, Roland Barthes, Claude Lévi-Straus, Pierre Bourdieu, Jacques Derrida e Louis Althusser (DOSSE, 1992a) intensificaram, cada um a seu modo muito

peculiar, suas presenças na cena da *intelligentsia*. As obras desses autores, provocativas em boa medida, juntamente de discursos instigantes e incursões públicas reverberantes, usualmente tangenciavam a tese que, sinteticamente, pode ser enunciada como a “dissolução do sujeito” (DOSSE, 1992b, p. 53). É passível de notar, sem entramos em grandes detalhes quanto a esse momento profícuo, que tal tese fazia fronteira com os argumentos acerca das “mortes do sujeito” (FERRY; RENAUT, 1988, p. 313), sempre em prol da estrutura, como corolário inevitável de um “processo-sem-sujeito-nem-fim” (ALTHUSSER, 1978, p. 66).

Nessa cena, temos Jacques Lacan que, por conta exatamente daquilo que a experiência analítica lhe permitia sustentar e lhe levava a operar (e isso faz toda a diferença para que ultrapassemos a dimensão do *theóros* e consideremos o plano da *práxis*), demarca um posicionamento da Psicanálise bem distinto do Estruturalismo de seu tempo. Em alguma proporção, o percurso do psicanalista francês passou, sobretudo em sua base, pelo Estruturalismo em sua versão francesa. Entretanto, ele aí não se alojou, aí não se deteve, uma vez que a experiência analítica não parte do, nem desagua no ocaso do sujeito. A estrutura, para Lacan, longe de ser um modelo teórico é “[...] máquina original que nela põe em cena o sujeito” (LACAN, 1961/1998, p. 655).

Por esta via, trata-se de se discernir outro estatuto de sujeito; um sujeito, certamente, não mais aderente à miragem subjetivista e, muito menos, excludente de uma estranheza que lhe é inerente: o objeto (não um objeto qualquer ou comum, todavia, particularmente, a via que leva Lacan à invenção do chamado objeto pequeno *a*): “o que se trata de precisar concerne à miragem proveniente de uma perspectiva que podemos chamar de subjetivista, uma vez que, na constituição de nossa experiência, ela deposita toda a ênfase na estrutura do sujeito” (LACAN, 1962-1963/2005, p. 114).

Consideramos que temos, neste contexto, no mínimo duas circunstâncias que merecem ser sublinhadas, uma vez que ambas portam elementos preciosos para cartografarmos, mesmo que parcialmente, a subjetividade em nosso

tempo e, por conseguinte, o lugar do psicanalista (seu ato) na atualidade. Vale ressaltar que ao seguirmos essa trilha, estaremos avançando sob a orientação – provocativa, notemos – que Jacques Lacan nos propõe, ao considerar que o psicanalista, ao conduzir uma análise, deve estar em condições de localizar, em seu horizonte, a subjetividade de seu tempo (LACAN, 1953/1966; SIMÕES, 2017).

Não nos parece, de modo algum, que tenhamos aqui, por meio desta exortação, apenas um detalhe ou uma formulação acessória e contingente que poderia ser considerada ou não, ao bel-prazer do condutor da análise, sem comportar maiores riscos ou comprometimentos para a prática e o devido posicionamento da Psicanálise (posicionamento epistêmico e ético) face aos outros saberes e práticas presentes em nossa atualidade. Entendemos que a articulação tripla entre a prática analítica, o lugar do psicanalista e a contemporaneidade comporta ingredientes e nuances que, integralmente, repercutem sobre as condições e possibilidades da Psicanálise e a manutenção de seu vetor ético. Neste ponto de nossa argumentação, remetemos o leitor à reflexão que, em outra ocasião, já tivemos a oportunidade de elaborar (SIMÕES, 2017).

Em suma, não há como se operar a Psicanálise sem considerarmos os modos de amar, de sofrer, de fazer laço-social (e de resistir aos mesmos: ao amor, ao sofrimento, ao outro) que hoje as demandas do capital e as esperanças da techno-ciência nos impõem, o mais das vezes, sob uma batuta superóiga, este “imperativo íntimo” (LACAN, 1966/1998, p. 691).

Vejamos mais de perto, portanto, as duas circunstâncias acima aludidas. Em uma exposição realizada em 1966, intitulada “O lugar da Psicanálise na medicina”, Jacques Lacan propõe uma formulação norteadora que funciona tal como um axioma em todas as possíveis discussões, a partir da Psicanálise, que envolvem o sofrimento, o sintoma, o objeto e o sujeito: “a estrutura da falha que existe entre a demanda e o desejo” (LACAN, 1966/2001, p. 10):

A partir do momento em que se faz esta observação, parece que não é necessário ser psicanalista, nem mesmo médico, para saber que, no momento em que qualquer um, seja macho ou fêmea, pede-nos, demanda alguma coisa, isto não é absolutamente idêntico e mesmo por vezes é diametralmente oposto àquilo que ele deseja (LACAN, 1966/2001, p. 10).

A manutenção desta “hiância” (LACAN, 1964/1988, p. 27) é fundamental e norteadora, pois um dos aspectos marcantes do cenário contemporâneo, a nosso ver, é a tendência a um franco e irrestrito escamoteamento deste *gap*; *gap* instaurador, por sua vez, de duas ordens, dois planos topológicos bem distintos: a demanda e o desejo. Já antecipando a argumentação que iremos elaborar um pouco mais adiante, podemos dizer que a relação do sujeito com os *gadgets* – traço inegável da subjetividade de nosso tempo, a ser acolhido e não rechaçado pelo psicanalista – comportaria o anseio de uma sutura entre a demanda e o desejo. A miragem da posse do objeto ratifica este anseio. Anseio não-cumprido, certamente.

Por hora, marquemos este ponto: há uma descontinuidade, um *gap* intrínseco à subjetividade e isto é um poderoso gps para o psicanalista em nossa atualidade. Por si só, isto já nos oferece a pista de que esta subjetividade, bem diversamente da miragem subjetivista quanto à qual alertamos, comporta uma heterogeneidade algo da ordem de uma antinomia. Esta antinomia, apreendida por Lacan na descontinuidade que há entre a demanda e o desejo (fazendo com que, clinicamente, não seja nem um pouco evidente que os pacientes desejam aquilo que demandam) se recoloca quando consideramos a relação entre o sujeito e o objeto; relação esta imprescindível para demarcarmos nosso andejar com os *gadgets*, como veremos: “o sujeito está, se nos permitem dizê-lo, em uma exclusão interna a seu objeto” (LACAN, 1966/1998, p. 877).

É nesta mesma perspectiva da exclusão interna que Lacan, no seminário em que ele denuncia a miragem subjetivista, recorre à noção de uma exterioridade que antecede toda interiorização:

é indicado com precisão que o objeto deve ser situado *ausseres*, no exterior, e, por outro lado, que a satisfação da tendência só consegue realizar-se na medida em que se liga a alguma coisa que deve ser considerada no *inneres*, no interior do corpo, onde ela encontra sua *Befriedigung*, sua satisfação (LACAN, 1962-63, p. 115).

Em paralelo à conferência “O lugar da Psicanálise na medicina”, 1966, é igualmente o momento em que Lacan se prepara para o lançamento de sua coletânea de artigos intitulada “Escritos” (LACAN, 1998) e, como texto de conclusão da mesma (ou seria uma espécie de ponto culminante?), insere a formulação “A ciência e a verdade” (LACAN, 1966/1998).

Extraímos dessa argumentação, que é bastante ampla e multifacetada, apenas um único fio-condutor para o propósito que nos guia. Em “A ciência e a verdade”, Lacan argumentará que certa redução – enquanto uma operação em curso – é necessária e constitutiva da Ciência Moderna: “É preciso uma certa redução, às vezes demorada para se efetuar, mas sempre decisiva no nascimento de uma ciência; redução que constitui propriamente seu objeto” (LACAN, 1966/1998, p. 869). Tal redução, classicamente, “negligencia o sujeito” (LACAN, 1966/1998, p. 885), dando-nos condição de sustentar a tese, síncrona ao ato fundante da Ciência Moderna, de um “sujeito abolido da ciência” (LACAN, 1966/1998, p.813).

Pois bem, uma formulação desta ordem, que aponta para a abolição do sujeito a despeito da fina e perspicaz argumentação que Lacan engendra entre o ato freudiano e o “cogito cartesiano”, em muito alimenta cenários dicotômicos que tendem a apresentar a Psicanálise como uma prática eticamente valorizadora da subjetividade e, em antítese à mesma, a ciência como um empreendimento alienante e sufocante, uma vez que excluiria radicalmente (forcluiria, portanto) aquilo que ela, a Psicanálise, valoriza. Apressada e equivocadamente, abrem-se, por esse viés, discursos e mapeamentos maniqueístas que tendem, usualmente, a localizar tudo que é do âmbito da ciência e da técnica

como maquinarias meramente capturantes e promovedoras de fascínios alienantes (LIMA, 2006).

Sendo assim, para não cairmos em contraposições simplificadoras ou autoexcludentes, vale, neste ponto de nossa argumentação, retomar a trilha que Lacan nos indica quanto à relação entre sujeito e ciência: a Ciência Moderna e o sujeito surgem de modo síncrono, de tal maneira que o passo inaugural da primeira configura a inscrição do segundo, por mais paradoxal que possa, inicialmente, parecer: “Dizer que o sujeito sobre quem operamos em psicanálise só pode ser o sujeito da ciência talvez passe por um paradoxo” (LACAN, 1966/1998, p. 873).

Em outras palavras, um não vai sem o outro, *ad initio*. Por intermédio do “cogito cartesiano”, ciência e sujeito irão se articular, tal qual as abas de uma dobradiça. A coexistência, porém, comporta internamente uma oposição recíproca: ali onde vigora o discurso da ciência (organicismo, consumo, tecnologia, substrato material do *pathos*, psicopatologia contemporânea etc.), o sujeito encontra-se enclausurado do lado de fora (RABINOVITCH, 2001).

Todavia, o sujeito se faz presente, tal qual o retorno do recalcado, nas lacunas e interstícios desse discurso. Mais do que se fazer presente, o sujeito é, precisamente, o outro da “sutura” (LACAN, 1966/1998, p. 891): ele é a divisão, a descontinuidade, o furo, o corte e a fenda que se manifestam – inevitavelmente – no discurso da ciência.

Assim, o sintagma “sujeito da ciência” (LACAN, 1966/1998, p. 808) subtende que não há sujeito antes do advento da ciência, não há sujeito fora de seus escopos e, por fim, não há um sujeito natural. Desta feita, toda ingênua oposição à ciência findaria por cerrar o galho onde diversos saberes, inclusive a Psicanálise, estão apoiados. Não detendo o raciocínio neste ponto, é imprescindível também considerar que não há sujeito na ciência. Em síntese: “há o sujeito da ciência, mas não há sujeito na ciência”. Essa é uma aporia inescapável que, tal qual um espectro, marca a problemática do sujeito na contemporaneidade.

É neste ponto que podemos localizar, com mais precisão, o “correlato antinômico” entre a ciência (e já pensemos em suas diversas parafernalias técnicas, plasmadas, especialmente, nos *gadgets*) e a Psicanálise: o sujeito desta, não poderia ser outro que não o da primeira. Porém, aquilo que nesta é patente (e subvertido), naquela é forcluído, “abolido” (LACAN, 1966/1998, p. 813). Esse correlato, vale destacar, não se deu instantaneamente: a partir da emergência do sujeito da ciência, em seu momento inaugural (localizado por Lacan no “cogito cartesiano”), este sujeito ficou à espera, em suma, *en souffrance*. Ele haverá de aguardar Sigmund Freud para ser resgatado, ou seja, trazido de volta à sua morada (o *ethos* do inconsciente).

É nesse cenário que, a nosso ver, devemos localizar algo extremamente presente em nosso tempo: encontra-se recorrentemente ao alcance de nossas mãos, quando não na ponta de nossos dedos. Está diante de nossos olhos, está em nossas bolsas, está, sobretudo, em nossos corpos, a saber, os *gadgets*. *Gadgets*: pequenos objetos, portáteis, engenhocas, atraentes, *smart*, marcados inevitavelmente pela obsolescência programada (portanto, muito bem integrados ao circuito explicitamente circular da demanda, tal qual o tonel das Danaides). *Gadget*: palavra de difícil tradução, usualmente mantida em inglês e grafada no plural (*gadgets*), dada a sua proliferação, que se coaduna muito bem com o uso linguístico que nós, brasileiros, fazemos da palavra treco (“você trouxe seus trecos?!”) e que o regionalismo mineiro autoriza sob a palavra-curinga “trem” (“onde você arrumou este trem?!”). Em suma, *gadget* é um “trem tecnológico” que faz cola: *smartphone*, relógio multifunção, aplicativo versátil, monitor cardíaco portátil, fone de ouvido, caixa acústica *wifi*, termômetro a laser, filmadora acoplada a capacete, calculadora de queima de calorias, contador de passos etc. A lista é longa, diversificada e heterogênea, a ponto do jornal britânico *Independent* ter lançado, em 2007, a notória matéria: “101 *gadgets* that changed the world”¹. Muito provavelmente, esta lista já foi vítima da obsolescência.

1 Texto disponível em: <<https://www.independent.co.uk/life-style/gadgets-and-tech/features/101-gadgets-that-changed-the-world-5328902.html>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

É neste ponto que podemos localizar, com mais precisão, o “correlato antinômico” entre a ciência (e já pensemos em suas diversas parafernaldas técnicas, plasmadas, especialmente, nos *gadgets*) e a Psicanálise: o sujeito desta, não poderia ser outro que não o da primeira. Porém, aquilo que nesta é patente (e subvertido), naquela é forcluído, “abolido” (LACAN, 1966/1998, p. 813). Esse correlato, vale destacar, não se deu instantaneamente: a partir da emergência do sujeito da ciência, em seu momento inaugural (localizado por Lacan no “cogito cartesiano”), este sujeito ficou à espera, em suma, *en souffrance*. Ele haverá de aguardar Sigmund Freud para ser resgatado, ou seja, trazido de volta à sua morada (o *ethos* do inconsciente).

É nesse cenário que, a nosso ver, devemos localizar algo extremamente presente em nosso tempo: encontra-se recorrentemente ao alcance de nossas mãos, quando não na ponta de nossos dedos. Está diante de nossos olhos, está em nossas bolsas, está, sobretudo, em nossos corpos, a saber, os *gadgets*. *Gadgets*: pequenos objetos, portáteis, engenhocas, atraentes, *smart*, marcados inevitavelmente pela obsolescência programada (portanto, muito bem integrados ao circuito explicitamente circular da demanda, tal qual o tonel das Danaídes). *Gadget*: palavra de difícil tradução, usualmente mantida em inglês e grafada no plural (*gadgets*), dada a sua proliferação, que se coaduna muito bem com o uso linguístico que nós, brasileiros, fazemos da palavra treco (“você trouxe seus trecos?!”) e que o regionalismo mineiro autoriza sob a palavra-curinga “trem” (“onde você arrumou este trem?!”). Em suma, *gadget* é um “trem tecnológico” que faz cola: *smartphone*, relógio multifunção, aplicativo versátil, monitor cardíaco portátil, fone de ouvido, caixa acústica *wifi*, termômetro a laser, filmadora acoplada a capacete, calculadora de queima de calorias, contador de passos etc. A lista é longa, diversificada e heterogênea, a ponto do jornal britânico *Independent* ter lançado, em 2007, a notória matéria: “101 *gadgets* that changed the world”². Muito provavelmente, essa lista já foi vítima da obsolescência.

² Texto disponível em: <<https://www.independent.co.uk/life-style/gadgets-and-tech/features/101-gadgets-that-changed-the-world-5328902.html>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

Segundo Lacan, os *gadgets* são instrumentos que se apresentam como “elementos da existência” (LACAN, 1972-73/1985, p. 110) dos sujeitos. Quanto a esses elementos, compreendemos ser mister considerar que, atualmente, eles estão disseminadamente inseridos no campo transferencial da análise. Entre analista e analisando, lá está o *gadget*. Nos interstícios das sessões – essa importante extensão do *locus* transferencial – ei-lo de volta! Torna-se cada vez mais raro que haja um analisando que, face ao seu sintoma, junto à sua demanda e à sideração do objeto, não se apresente por meio do que se posta, do que se digita, do que se envia por meio dos *smartphones* e seus congêneres (em suas convergências com aquilo que era, outrora, somente câmera fotográfica, gravador, televisor, tocador de música, ficheiro, telefone, canastra de memórias etc.). A associação-livre está transpassada pelos *gadgets*. Face a esse cenário, recorramos à indagação que nunca deixou de visitar o analista, a cada tempo: qual a posição do psicanalista?

É comum que boa parte dos psicanalistas tende a adotar, por meio de uma enrijecida leitura do binômio “alienação-afânise” (LACAN, 1964/1988, p. 199), uma compreensão que preconiza, nestes fenômenos, nestas colas dos sujeitos a estas parafernalias digitais, o índice, tão-somente, de uma alienação (MILLER, 1994; BIALEK, 1994). Assim, a relação do sujeito com as imagens postadas, com as mensagens trocadas, com os *selfies*, com os *carfies*, com os *devices*, enfim, tudo isso que faz parte da galáxia dos *gadgets* (sob os atuais algoritmos das *hashtags* e o paradigma da nuvem) seria, entremeadado por uma leitura narcísica, alienante. Seria nada mais, nada menos do que reedições *hi-tech* de Narciso encantado com aquilo lhe é devolvido pela superfície do espelho d’água (LIMA, 2006). Sem excluir a incidência de uma lógica alienante em todas estas circunstâncias, valeria também considerar as formulações mais complexas que o objeto *a* (a partir de 1964, no “Seminário 11”) e o Imaginário do Lacan dos anos 1970 (para-além do Estádio do Espelho) ofereceriam para se localizar aqueles acontecimentos na clínica psicanalítica da contemporaneidade.

Caso estejamos atentos ao chamado de Lacan quanto à sensibilidade do psicanalista para com o contemporâneo, teremos de mitigar, certamente, os

arroubos repetitivos das leituras que recorrem somente à perspectiva narcísica para, diferentemente, darmos conta das *latusas* em nossa atualidade:

[...] quanto aos pequenos objetos a que vão encontrar ao sair, no pavimento de todas as esquinas, atrás de todas as vitrines, na proliferação desses objetos feitos para causar o desejo de vocês, na medida em que agora é a ciência que o governa, pensem neles como *latusas* (LACAN, 1969-70/1992, p. 153).

“O importante é saber o que acontece quando a gente entra verdadeiramente em relação com a *latusa* como tal” (LACAN, 1969-70/1992, p. 154).

Em outros termos, compreendemos que esta perspectiva nos oferece uma leitura e uma orientação clínica que não esgotam, de modo algum, a complexidade e a incidência dos acontecimentos contemporâneos do sujeito com esta extensão que se impõe muito mais aos moldes de uma correlação antinômica e de uma exterioridade inerente – tal como mais acima já aludimos – do que à cabal afânise do sujeito. Do ponto de vista clínico, cabe, pois, nos indagarmos, antes de uma atitude condenatória: o que os *gadgets* fazem falar?

Os *gadgets*, desde o viés da proliferação dos objetos, enquanto *latusas*, como mais acima citamos, despertaram a atenção de Lacan. Inclusive, alguns anos após as formulações do Seminário 17 (LACAN, 1969-70/1992), ele chegou a se indagar quanto ao futuro da Psicanálise a partir da equação *gadget-sintboma*:

O futuro da psicanálise é algo que depende do que advirá desse real, ou seja, se os *gadgets*, por exemplo, ganharão verdadeiramente a dianteira, se chegaremos a ser, nós mesmos, verdadeiramente animados pelos *gadgets*. Devo dizer que isso me parece pouco provável. Não chegaremos a fazer com que o *gadget* não seja senão um *sintboma*, pois ele o é, por enquanto, muito evidentemente³ (LACAN, 1974, p. 18. Tradução nossa).

3 [...] *l'avenir de la psychanalyse est quelque chose qui dépend de ce qu'il adviendra de ce réel, à savoir si les gadgets par exemple gagneront vraiment à la masse, si nous arriverons à devenir nous-mêmes animés vraiment par les gadgets. Je dois dire,*

Pois bem, o que se anima, por meio de um *gadget*?

Sem sermos exaustivos, gostaríamos apenas de nos reportar a uma breve vinheta clínica. Trata-se de uma mulher, em torno dos seus 40 anos de idade, muito acometida pelos embaraços do amor, sobretudo com o seu valor (fálico) diante do desejo dos homens. Em meio a uma recente relação, bastante tumultuosa, repleta de rupturas e retomadas, ela se encontrava em uma espécie de martírio diário. “Que sou para ele?” “O que eu sou na vida dele?” “Até que ponto ele pensa em mim?” Eram indagações dilacerantes que constantemente compunham o repertório histérico da paciente em seu encontro faltoso com o namorado. Eram indagações angustiantes que a conduziram à análise, juntamente da preocupação que ela já estava nutrindo por conta de suas atuações em meio ao dilema amoroso: intenso uso de álcool associado à cocaína.

Em momentos de dúvidas, trazidos por aquelas indagações, ela não encontrava outra via para equacioná-las senão se drogando e buscando certa administração (sempre precária) do uso, por meio de um monitoramento cronometrado das doses de cocaína usadas por ela. Para evitar que o uso lhe corresse os afazeres e lhe mantivesse a certa distância da overdose, ela registrava quantas horas ou minutos haviam se passado desde a última carreira de cocaína e, dessa forma, se prontificava para o próximo uso. Assim, ela ia se mantendo em seu trabalho (era a responsável por uma empresa familiar), em suas ocupações diárias, buscando escamotear o que se passava diante dos olhares desconfiados de seus familiares e funcionários. Havia um risco eminentemente sério, um constante flerte com a overdose: ela realizava um uso diário da droga, que não cessava nem mesmo quando ela se deslocava da cidade em que residia e dirigia seu carro, algo em torno de 50 km, para ir a outra cidade onde se localizava o analista.

O recorte que gostaríamos de destacar, em meio a esta situação composta por vários fios e tramas, diz respeito especificamente à liga transferencial da paciente, perpassada pela constante presença de um *gadget*. Em momentos mais

je dois dire que ça me paraît peu probable, ça me paraît peu probable. Nous n'arriverons pas vraiment à faire que le gadget ne soit pas un symptôme, car il l'est pour l'instant tout à fait évidemment.

agudos das indagações sobre o seu lugar face ao desejo do Outro e o uso de álcool e droga, a paciente emitia inúmeras mensagens, por meio do *WhatsApp*, ao analista. As mensagens eram enviadas massivamente, com conteúdos que variavam do balanço que ela mesma fazia da relação com o seu atual namorado, bem como com insultos e impropérios remetidos a ela própria e ao parceiro.

Em um dado momento, a paciente utilizadora deste recurso disse ao psicanalista: “o que eu lhe envio não é para lhe incomodar, não é para você responder... eu apenas preciso de saber que você está aí, recebendo as mensagens... preciso mandá-las para alguém, do contrário, faço o pior!”.

Caso consideremos que muito de uma análise nos é apontado rigorosamente por aquilo que está na escuta que realizamos dos pacientes, percebemos, assim, a importância e o valor desse instrumento. Para além da obviedade, a paciente não estava, propriamente, remetendo mensagens para serem lidas e respondidas aos ditames de uma interlocução usual, ao estilo emissor-receptor. Notemos: o psicanalista não estava ali como um duplo imaginário da mensagem. Verificamos também que as mensagens veiculadas por meio do suporte eletrônico não estavam ali para simplesmente fazer contraposição, resistência ao trabalho analítico ou obstaculizar a via da associação-livre. Muito ao contrário, a *poiesis* analítica, tendo o psicanalista na condição de causador do discurso (e não exatamente alvo da mensagem), estava se desdobrando por meio de certa cifragem do gozo. Tratava-se de se compor o contorno do consumo (não só da substância, mas do que, na impossibilidade do amor, consome na medida em que não é consumado) que, do contrário, poderia ser inevitavelmente mortífero para a paciente. A função do psicanalista, balizada pelo “eu apenas preciso de saber que você está aí”, compunha o contraponto do excesso superóigo. Por fim, a presença deste *gadget*, nesta circunstância, foi crucial para que a análise prosseguisse.

Tal como Lacan nos instigou – “o importante é saber o que acontece quando a gente entra verdadeiramente em relação com a latusa como tal” (LACAN, 1969-70/1992, p. 154) – cabe ao psicanalista, na atualidade, conduzir a análise

junto aos trechos do sujeito. Considerar e acolher uma subjetividade para além da miragem subjetivista implica em se proporcionar que a incidência daquilo que se exclui internamente se apresente no itinerário analítico. Em suma, a análise avança na medida em que, espiralarmente, circunavega-se a exclusão interna.

Para tal, mais do que um mapeamento narcísico (rota aberta para o *locus* da alienação) ou imaginário desses acontecimentos que implicam nossos hodiernos enlaces com o corpo, com as imagens e com a tecnologia caberia trazer para mais perto da clínica a lógica pulsional, portanto, a rota do circuito, do gozo não mais como fatídica afânise, mas como modo de apresentar o sujeito.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Posições I**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

BIALEK, Sophie. La psychanalyse ou les *gadgets*. **La psychanalyse et les gadgets**. Bibliothèque Confluents, Volume Corbeil. ACF Île de France: Gentilly, p. 15-19, juin. 1994.

DOMINGUES, Ivan. **Epistemologia das ciências humanas** – tomo 1: positivismo e hermenêutica. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. (Org.). **Biotechnologies and the human condition**. Belo Horizonte: Editora UFMG/IEAT, 2012.

DOSSE, François. **Histoire du structuralisme; I** – le champ du signe, 1945-1966. Paris: Éditions la découverte, 1992a.

_____. **Histoire du structuralisme; II** – le chant du cygne, 1967 à nos jours. Paris: Éditions la découverte, 1992b.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FERRY, Luc; RENAULT, Alain. **La pensée 68**; essai sur l'anti-humanisme contemporain. Paris: Gallimard, 1988.

HARAWAY, Donna . **A cyborgue manifesto; science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth-century**. Minnesota Press, 2016. Disponível em: <https://warwick.ac.uk/fac/arts/english/currentstudents/undergraduate/modules/fictionnownarrativemediaandtheoryinthe21stcentury/manifestly_haraway_----_a_cyborg_manifesto_science_technology_and_socialist-feminism_in_the_....pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

INDEPENDENT. **101 gadgets that changed the world**. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/life-style/gadgets-and-tech/features/101-gadgets-that-changed-the-world-5328902.html>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. 1966. A ciência e a verdade. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. pp. 869-892.

_____. 1953. Função e campo da fala e da linguagem na psicanálise. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. pp. 238-324.

_____. 1961. Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade” In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 653-691.

_____. 1966. O lugar da psicanálise na medicina. **Opção lacaniana** [on line], n. 32, p. 8-14, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.opcaolacanianana.com.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

_____. 1962-63. **O seminário, livro 10: a angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. 1964. **O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

_____. 1969-1970. **O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

_____. 1972-73. **O seminário, livro 20: mais, ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. **La troisième**. 1974. Disponível em <http://staferla.free.fr/Lacan/la_troisieme.htm>. Acesso em: 15 fev. 2019.

LIMA, Nádia Laguárdia de. O fascínio e a alienação no ciberespaço: uma perspectiva psicanalítica. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 38-50, dez. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672006000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MILLER, Judith. La résistible ascension du gadget. **La psychanalyse et les gadgets**. Bibliothèque Confluents. Volume Corbeil, ACF Île de France: Gentilly, p. 34-35, jun. 1994.

RABINOVITCH, Solal. **A foraclusão**: presos do lado de fora. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SIBILIA, Paula. **O homem pós-orgânico**: a alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

_____. **O homem pós-orgânico**: corpo, subjetividade e tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SIMÕES, Alexandre. Do horizonte ao olhar: a clínica psicanalítica e nossa época. In: FERREIRA, Rodrigo Mendes, CASTILHO, Pedro. **A psicanálise em nosso tempo**. Belo Horizonte: Letramento, 2017. pp. 63-70.

Operadores conceituais dos métodos de pesquisa em psicanálise: um estudo no PPGPSI/UFSJ

Maria Gláucia Pires Calzavara

Roberto Calazans

Júlio Eduardo de Castro

Wilson Camilo Chaves

Fuad Kyrillos Neto

Pedro Laureano Sobrino

1 O ensino ético da psicanálise na universidade

Em 1919 Freud (1919/2010) redigiu um manuscrito com uma intrigante questão: deve-se ensinar psicanálise nas universidades? Ele propôs que a resposta a esta indagação fosse elaborada em dois pontos de vista. O primeiro ponto ressaltava a psicanálise, para a qual a universidade é dispensável, pois o analista pode suprir suas necessidades de aprendizagem na literatura especializada, nas reuniões científicas das sociedades psicanalíticas e na troca de experiências com analistas mais experientes. O autor enuncia aqui o conhecido tripé presente na formação de analistas: análise pessoal, supervisão e estudo da teoria psicanalítica.

O segundo ponto do mesmo manuscrito freudiano destacava a universidade e suas possíveis relações com a psicanálise. Ele indagava se as universidades

estariam dispostas a atribuir algum valor à psicanálise na formação de médicos e cientistas. Freud apresenta aí argumentos acerca da importância do ensino da psicanálise na formação médica, destacando a pertinência do conhecimento, por parte dos futuros profissionais, dos “fatores psíquicos nas diversas funções vitais, assim como nas enfermidades e em seu tratamento” (FREUD, 1919/2010, p. 378-379). Outra função que Freud propõe para a psicanálise na universidade seria a de oferecer uma preparação para o estudo da psiquiatria que ultrapasse o caráter “meramente descritivo” (FREUD, 1919/2010, p. 380).

Lacan, no afamado prefácio que escreveu para o livro de Anika Lemaire (LACAN, 1979), no qual discute as relações de seu trabalho com a universidade, adota um tom de desdém: “não podemos senão nos prender” cada vez mais (ao discurso universitário), mesmo que seja “acima de tudo para amaldiçoá-lo” (LACAN, 1979, p. 21).

Mais especificamente sobre a relação entre psicanálise e pesquisa, Freud, no conhecido texto da técnica “Recomendações ao médico para o tratamento analítico”, nos adverte que “um dos méritos do trabalho analítico é que nele pesquisa e tratamento coincidem, mas a técnica que serve a um, de um certo ponto de vista, acaba se opondo à outra” (FREUD, 1912/2017, p. 97).

Vemos, assim, ainda que preocupado com a prática da psicanálise, com o tratamento psicanalítico, nesse texto de 1912, que é com a relação da psicanálise com a ciência que Freud acaba se preocupando. Motivo pelo qual o leva, logo em seguida, a afirmar que não se deve publicar a respeito de um caso antes que ele tenha terminado. Nossa experiência de dez anos no PPGPSI da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) evidenciou o quanto foi se estendendo, no que na universidade é possível, o trabalho com o “Caso”, o tomar certas instituições, como Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), por exemplo, como escopo de estudos psicanalíticos, tomando os devidos cuidados éticos para apreender se há um lugar que possa o analista aí ocupar e que possíveis consequências se

extrairiam dessa ocupação pelo analista na dinâmica da instituição. De certa maneira, Freud aborda também esse aspecto da relação da psicanálise com as instituições, ou melhor, da ampliação do campo analítico ao “levar” a psicanálise até as instituições, isso no conhecido texto da técnica “Caminhos da terapia psicanalítica” (1918-1919/2017).

Sobre as relações da psicanálise com o ensino hoje realizado nas universidades brasileiras, adotamos a preocupação e o ponto de vista de Castro (2016) ao afirmar que, quando a ética da psicanálise é levada em conta no ensino, universitário ou não, esse mesmo ensino

Nunca será uma frente de resistência onde o eu possa alojar-se. Contrariamente, quando o ensino da psicanálise resiste às influências do ato e do desejo do psicanalista, ele se transforma em porta-voz do sintoma daquele que tenta ensinar e/ou da instituição onde essa tentativa é feita, contando, para tal, com aquilo que, no discurso universitário, favorece a dessubjetivação do saber e a não implicação do sujeito do inconsciente. Já o ensino orientado pela ética da psicanálise é uma via aberta às surpresas – que têm no objeto a a causa – e às contingências que, como tais, trazem a oportunidade de escrita/literalização do real (CASTRO, 2016, p. 230).

Não é de sem igual relevância trazer à baila o que Freud, no também texto dito como técnico “A análise finita e a infinita”, afirma a respeito da importância de articular o tratamento analítico com a teoria, sua bruxa: “sem especulação metapsicológica e teorização – quase diria: sem fantasiar – não avançamos nenhum passo sequer” (FREUD, 1937/2017, p. 326). Estendemos também essa afirmativa de Freud ao ensino e à produção de pesquisas em psicanálise na universidade e, especificamente, no PPGPSI da UFSJ. Assim, parece-nos que foi o que procuramos realizar nesses dez anos de trabalho, cujos dados apresentamos neste artigo.

Em que pese as ressalvas freudianas elaboradas no início na primeira década do século XX, acerca da presença da psicanálise na universidade, e a aversão laciana ao discurso universitário, uma realidade se impõe a nós. Cada vez mais alunos da graduação em Psicologia e profissionais da psicanálise prosseguem seus estudos através de mestrados e doutorados, e complementam sua formação com supervisões e grupos de estudos informais (SOUZA, 2001). É o que veremos a seguir.

2 A pesquisa psicanalítica na universidade brasileira

A pesquisa em psicanálise nas universidades brasileiras está plenamente consolidada. Ora, qual o significado dessa afirmação? Cremos que já é o momento de superar a dicotomia entre a pesquisa em psicanálise que se faz nas universidades e nas diversas escolas de psicanálise, uma vez que encontramos pesquisas conduzidas por psicanalistas a respeito de temas eminentemente clínicos nas universidades, assim como desenvolvimentos teóricos extremamente aprofundados nas diversas escolas de psicanálise¹. Mas se podemos superar essa dicotomia, é para irmos em qual direção? Na direção de pensar, com Freud, que

A psicanálise é o nome de um procedimento para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por outro modo; de um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e de uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica (FREUD, 1922/1996, p. 253).

Essa definição de Freud, hoje, pode ser atualizada: afinal, a psicanálise, baseada em sua investigação, não é um método de tratamento apenas para estruturas neuróticas, mas para psicóticas e perversas também – sem contar a

1 Essa é a posição de Tania Coelho dos Santos ao dizer: “A universidade precisa reconhecer que um pesquisador em psicanálise não pode prescindir, em sua pesquisa, da relação com sua própria análise, e a formação de um psicanalista que não se reduza a um praticante talvez não deva, igualmente, dispensar uma formação acadêmica levada às últimas consequências” (Santos, 2002, p. 27).

definição controversa de *borderline* —; ela se dá em diversos contextos que não exclusivamente os consultórios, mas também em clínicas ampliadas, centro de atenção psicossocial, medidas socioeducativas, escolas, hospitais gerais etc., ampliando, assim, a possibilidade de pesquisas e atendimentos ou modificando a técnica para situações específicas nas quais, muitas vezes, os psicanalistas são convocados a atuar. É nesse sentido que muitos psicanalistas buscam sistematizar sua *práxis* e fontes empíricas em pesquisas na universidade, o que leva a isso que chamamos de consolidação da pesquisa em psicanálise na universidade brasileira.

Uma amostra do que estamos dizendo, podemos encontrar no Documento de Área de Psicologia² da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que norteia avaliação dos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu*³. De acordo com o Documento, a Área de Psicologia tem em sua maioria Programas com Cursos de Mestrado e Doutorado caracterizados a partir de uma nomeação geral chamada Psicologia, tendo especificidade a partir daí nas Áreas de Concentração dos Programas e em suas linhas de Pesquisa. Em geral, cada universidade tem apenas um Programa de Pós-graduação, o que explicaria essa nomeação geral. Mas em instituições em que a Área de Psicologia possuiria uma dimensão mais expressiva, encontraríamos mais programas cuja nomeação consegue ser mais específica. São os casos da Universidade de São Paulo (USP) (sete programas); Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (quatro programas cada) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ),

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (três programas cada). Na UFRJ, UERJ e UFRGS temos programas específicos

2 Iremos nos restringir aqui apenas à Área de Psicologia, por ser a que mais concentra pesquisadores e linhas de pesquisa em Psicanálise, mas não é restrita a essa área a atuação de pesquisadores e a organização de pesquisadores em linhas de pesquisa e áreas de concentração em Psicanálise: podemos encontrar linhas de pesquisa em Psicanálise em Programas de Pós-graduação em Educação; Letras; Medicina; Direito dentre outros.

3 Não podemos deixar de mencionar que no Brasil a pesquisa científica é realizada, em sua grande maioria, nas Universidades a partir de seus Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu*.

em Psicanálise, em que as pesquisas e demais atividades são realizadas apenas em psicanálise. Mais especificamente na UERJ encontramos, além de um Programa de Pós-graduação acadêmico em Psicanálise, também um Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* Profissional. No Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura, encontramos uma linha de pesquisa intitulada Psicanálise, Subjetivação e Cultura, assim como no Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, temos a linha de Pesquisa Investigações em Psicanálise, e na UFPA, no Programa de Pós-graduação em Psicologia, temos a linha de Pesquisa Psicanálise. Na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no programa de Pós-graduação em Psicologia Social, temos uma linha de pesquisa específica em psicanálise (Psicanálise e Sociedade). Os demais programas desta instituição não têm uma linha de pesquisa exclusiva em psicanálise e os pesquisadores-psicanalistas se agrupam em torno do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica. Esse fato acontece em vários programas do país, em que os psicanalistas ora se congregam em torno da Psicologia Clínica, ora em torno de Fundamentos da Psicologia, como é o caso do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (PPGPSI/UFSJ).

No entanto, no computo geral da área, quando levamos em consideração, segundo o documento de área, detectamos que 50% dos programas se denominam Psicologia. Mas quando é examinado o tópico Linhas de Pesquisa – que são o *locus* onde os pesquisadores se reúnem para realizarem efetivamente seu trabalho – vemos que a psicanálise (encontramos vinte e uma linhas de pesquisa em Programas de todas as regiões do país) é a quinta no *ranking* (CAPES, 2017, p. 9).

Desse modo, podemos notar que se considerarmos apenas a pesquisa em psicanálise no âmbito da área de avaliação psicologia da Capes, a psicanálise estará presente, seja por meio de Programas Específicos, seja por meio de Áreas de Concentração ou Linhas de Pesquisa, ou ainda por meio de atuação de psicanalistas em Linhas de Pesquisa que não têm a nomeação Psicanálise, mas estão em interface com a *práxis* psicanalítica. Por isso a consolidação da

pesquisa psicanalítica na universidade é notável, inclusive ao considerarmos o caso específico da UFSJ.

Outro dado interessante da pujança em psicanálise no Brasil é a maior premiação de livros do país – o Prêmio Jabuti. Na categoria Psicologia, Psicanálise e Comportamento, de 2013 a 2017, somente autores da Psicanálise foram contemplados em todos os três primeiros lugares⁴. Em 2018, a Categoria, junto com outras dezessete, foi excluída da premiação. Desse modo, acreditamos que é importante notar que a psicanálise e sua pesquisa no país já constituem uma inegável “coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica”, e que podemos avaliar como ela se insere nas universidades e com quais métodos de pesquisa ela tem se havido para a construção de um campo de pesquisa que seja universalizante e singular ao mesmo tempo.

3 A psicanálise no PPGPSI/UFSJ

No âmbito do PPGPSI, essa realidade se confirma. Um levantamento realizado no banco de dissertações do referido programa com o objetivo de obter informações sobre o número de produções dissertativas apresentadas no âmbito da

4 **Vencedores das Edições do Prêmio Jabuti. 2013:** “O sujeito na contemporaneidade” (Editora Civilização Brasileira) de Joel Birman (1º lugar); “Psiquismo e vida: sobre a noção de trieb nas obras de Freud, Schopenhauer e Nietzsche” (Editora da Universidade Federal do Paraná) de Eduardo Ribeiro da Fonseca (2º lugar); “A música do tempo infinito” (Ed Cosac Naify) de Tales A. M. Ab’sáber (3º lugar). **2014** – “O avesso do imaginário” (Cosac & Naify), de Tania Rivera (1º lugar); “Antígona e a ética trágica da psicanálise” (Editora Zahar) de Ingrid Vorsatz (2º lugar); “Onde tudo acontece – cultura e psicanálise no século XXI” (Ed Civilização Brasileira) de Giovanna Bartucci (3º lugar). **2015** – “O tronco e os ramos” (Companhia das Letras) de Renato Mezan (1º lugar); “A fabricação do humano. Psicanálise, subjetivação e cultura” (Zagodoni Editora) de Daniel Kupermann, Eduardo Leal Cunha, Joel Birman (Orgs.) (2º lugar); “Deus analisado – os católicos e Freud” (Editora Loyola) de Ricardo Torri de Araújo (3º lugar). **2016** – “Lacan chinês: poesia, ideograma e caligrafia chinesa de uma psicanálise” (Editora da Universidade Federal de Alagoas), de Cleyton Andrade (1º lugar); “Mal-estar, sofrimento e sintoma” (Boitempo Editorial) de Christian Ingo Lenz Dunker (2º lugar); “Litorais da psicanálise” (Editora Escuta) de Ana Costa (3º lugar). **2017** – “A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento” (Editora Escuta), de Miriam Debieux Rosa (1º lugar); “O adolescente e a internet: laços e embaraços no mundo virtual (Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP) de Cláudia Prioste (2º lugar); “De que cor será sentir? – Método psicanalítico no psicose” (Editora Manole) de Marina de Oliveira Costa (3º lugar).

psicanálise, nos últimos dez anos, nos indica um número de 43 dissertações concluídas sob o referencial psicanalítico em um total de 187 dissertações publicadas em todo o programa.

No contexto dessas quarenta e três dissertações, realizamos a leitura de seus resumos, buscando dados sobre os autores utilizados e os métodos de pesquisas. Nessa leitura das dissertações, buscamos, para elucidar o material pesquisado, o que Freud ressalta no que se refere à pesquisa da psicanálise na universidade. Nesse manuscrito freudiano, no que concerne ao que deve ser aprendido pelo estudante, Freud destaca que “será suficiente que ele aprenda algo *sobre* psicanálise e que aprenda algo *a partir da* psicanálise” (FREUD, 1919/2010, p. 220). No contexto do PPGPSI, as pesquisas “sobre” psicanálise retratam questões concernentes aos conceitos fundamentais e sua articulação com outros campos do saber, com o objetivo de elucidá-los segundo as concepções psicanalíticas. Por outro lado, a pesquisa “a partir da” psicanálise seria propriamente a pesquisa “em” psicanálise, tal como compreendida por Fontelles; Coutinho; Hoffman (2018), realizada a partir de material clínico e do método psicanalítico.

No estudo das 43 dissertações, 35 dissertações “sobre” psicanálise, oito dissertações “em” psicanálise e três em que tanto a investigação dos conceitos fundamentais e do método clínico se conjugam. A confirmação da extensa presença do referencial freudolaciano se evidencia na totalidade das dissertações defendidas. Nessas investigações sobre os conceitos fundamentais da psicanálise se destacam: sintomas e novos sintomas, repetição, transferência; gozo; fantasma. E conceituações clínicas como psicose, autismo, fobia infantil, adolescência, depressão.

Há notório predomínio de pesquisas teóricas, o que revela a investigação sobre psicanálise e seus conceitos fundamentais. Nesse levantamento, das 43 dissertações, 35 são eminentemente teóricas e versam “sobre” a psicanálise. Temos oito dissertações que apresentam pesquisa “em” psicanálise, o que evidencia a psicanálise aplicada. Nestas, temos duas que trabalham com fobia e psicose na clínica: duas no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), que

tratam de fragmentos do discurso dos sujeitos e da função de estabilização do discurso psicótico; uma no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), em que a pesquisa fez uma aposta na escuta no interior da instituição e na Associação de Assistência aos Condenados (APAC), cujo trabalho objetivou mapear os impasses e os pontos de tensão que se colocam no âmbito da terapêutica penal denominada método APAC; e uma pesquisa no campo do direito, em que se discute a atualidade das relações entre direito e psicanálise e suas aplicações práticas, tendo como eixo condutor os efeitos da função do pai, tanto na constituição subjetiva quanto no ordenamento jurídico. Dessas 35, destacamos três que podem se inserir na perspectiva de uma pesquisa “sobre” psicanálise e “em” psicanálise, uma vez que uma delas discutiu qual o estatuto da Repetição envolvida no fenômeno da Reincidência Infracional Juvenil por meio de Estudo de Caso. Outra dissertação coloca em relevo, a partir dos conceitos de sujeito e psicose, o que a psicanálise pode ofertar a um dispositivo de média complexidade de saúde mental (CAPS) sob uma perspectiva de intervenção no caso clínico. E por fim, outra dissertação analisou a prática da psicanálise na interface com o direito de família por meio de uma escuta e intervenção psicanalíticas.

Alguns teóricos surgem na articulação com Freud e Lacan, tais como Žižek e Kant, que aparecem uma única vez, com o objetivo de demonstrar as aproximações e distanciamentos do modelo de Razão, proposto por Kant, e do esquematismo transcendental da experiência proposto por Žižek. Melanie Klein marcou sua presença por duas vezes em articulações com Freud e Lacan e suas contribuições para a constituição subjetiva da criança no âmbito da acepção de família. Hanna Arendt aparece em uma dissertação com o objetivo de estabelecer possíveis relações entre a teoria psicanalítica e a *práxis* política.

Na interlocução da psicanálise com outros campos do saber se destacam: psicanálise e cinema (uma dissertação); escritores literários (uma dissertação); psicanálise e direito (duas dissertações); psicanálise e instituições como Cras, Apac, Caps (quatro dissertações).

Seja “sobre”, ou seja, “em” psicanálise, o conceito compreendido e bem trabalhado permitiu discussões que agregam novas facetas à *práxis* do psicanalista. A relação inerente entre os conceitos psicanalíticos e a clínica psicanalítica ficou evidente, pois nesta conformidade, ao retomarmos o estudo dos conceitos fundamentais da psicanálise e seus efeitos na prática, mantemos, com a investigação clínica, um ponto que interroga permanentemente a doutrina. Tal como nos apresenta Calazans *et al.*:

A pesquisa psicanalítica na universidade vem ratificar que não podemos, de modo algum, descuidar da abordagem dos conceitos fundamentais, pois será em função das vias que eles traçarão no real que poderemos pensar, tanto a ordem de problemas de pesquisa e extensão pertinentes à psicanálise, quanto a direção do tratamento que se espera de um psicanalista (CALAZANS *et al.*, 2008, p. 135).

Portanto, é no enfrentamento constante entre teoria e prática que nos colocamos como Núcleo de Pesquisa em Psicanálise situado no programa de Pós-graduação na universidade. Pois, é por meio da pesquisa psicanalítica em extensão e em intensão que temos promovido e sustentado as pesquisas teóricas em psicanálise na UFSJ.

4 A investigação em psicanálise na universidade

Souza (2001) considera que nos últimos anos aconteceu um significativo aumento da presença da psicanálise na universidade. Essa presença se fez nos currículos da graduação em Psicologia, nos programas de pós-graduação em linhas de pesquisa ou em programas exclusivamente dedicados à teoria psicanalítica. O autor assevera que a presença da psicanálise na universidade é importante, pois possibilita o estudo da teoria psicanalítica a não psicanalistas e permite o confronto desta com as outras modalidades do saber.

Sobre esse aspecto, Pinto (1999) defende que a universidade deve assumir a função de legitimar a vocação científica da psicanálise. O objeto da psicanálise faz com que ela opere com um saber suposto e cabe à universidade demonstrar o saber envolvido na experiência.

A pesquisa em psicanálise no âmbito acadêmico já se encontra consolidada, mas para que se mantenha a especificidade da proposta psicanalítica, faz-se necessário sempre indagar as peculiaridades desse modo de operar. Mezan (2006) é partidário da assertiva acerca da solidificação da pesquisa em psicanálise ao afirmar:

[...] na universidade – em particular na pós-graduação – vêm sendo realizados trabalhos a que se pode chamar sem medo “pesquisa psicanalítica”. Eles poderiam perfeitamente ser apresentados nas Sociedades, Círculos e associações semelhantes para conferir a seus autores este ou aquele grau: em nada diferem dos que costumam servir a este propósito, exceto talvez por um rigor maior. A universidade interessou-se pela questão por uma razão muito simples: para escrever dissertações e teses *em* psicanálise e *de* psicanálise, é necessário pesquisar no sentido forte deste termo. E a prova de que tais trabalhos são úteis para o psicanalista não-acadêmico está no fato de que hoje se tornou comum estudar em livros gestados nas incubadoras da pós-graduação (MEZAN, 2006, p. 232).

Podemos afirmar que, por definição, a psicanálise se elucida enquanto proposta investigativa, seja na clínica, seja no social. Dunker (2013) assinala que as características da psicanálise aplicada e do discurso analisante que a ela se liga fazem desse campo um método de invenção e descobertas. O autor se refere às seguintes características: a “recordação”, que é concernente ao discurso e se orienta pela história e contingências implicadas nas lembranças; a “implicação”, que consiste em um discurso que permite a interrogação ética sobre as formações de estranhamento com as quais se depara; e a “transferência”, que diz respeito a um discurso que se articula a uma suposição de saber e que aponta para o propósito de diálogo.

A colocação do pesquisador na posição de analisante pode ajudar, na concepção de Dunker (2013), a compreender a dubiedade presente na própria definição que Freud (1923/2011) fez da psicanálise em “Psicanálise e teoria da libido. Dois verbetes para um dicionário de sexologia”, em que a psicanálise é definida como teoria, método clínico e disciplina científica. A prática investigativa se insere, portanto, no centro da psicanálise, ainda que se expanda para além do atendimento no *setting* analítico.

Algumas reflexões sobre o tema da pesquisa em psicanálise, como as de Elia (1999), propõem a inserção da transferência como condição estrutural na pesquisa em psicanálise. Mezêncio (2004) propõe que a especificidade da pesquisa em psicanálise está na constituição mesma de seu objeto. Para ela, a incompletude do saber é inerente à natureza do objeto, como também dependente da implicação do pesquisador no objeto pesquisado. A psicanálise argumenta que, se o sujeito é dividido, não se poderá construir qualquer saber que se pretenda completo.

Lo Bianco (2003), por seu turno, ao abordar as bases dos procedimentos investigativos em psicanálise, considera que, na pesquisa na área, é imperativo o reconhecimento da especificidade de seu objeto, pois tal objeto só se deixa circunscrever em análise, na qual analista e analisante estão implicados nas próprias produções inconscientes sob investigação. Pinto (1999), por sua vez, assevera que há uma dissimetria entre a política da psicanálise, que visa às singularidades das soluções encontradas pelo sujeito ao lidar com os impasses do gozo, e a mestria dos outros laços sociais que se sustentam na forclusão do sujeito. Temos, ainda, a posição de Iribarry (2003), que, ao apresentar as condições preliminares do método da pesquisa psicanalítica, propõe o exame do ponto de vista de sua singularidade e de sua relação com o significante tomado em oposição ao signo.

Em consonância com os autores supracitados, Gallo e Ramirez (2012) adotam como tese central de seu livro que a experiência clínica pode e deve sustentar a experiência de ensino e pesquisa na universidade. É por isso que eles encorajam

professores e pesquisadores em psicanálise a assumirem o desafio de adaptar a disciplina à pesquisa de fenômenos sociais em instituições universitárias, sem, portanto, trair seus princípios e conceitos elementares.

O método na pesquisa psicanalítica deve garantir precisão ao mesmo tempo em que se adaptar a cada novo objeto e se reinventar em novos procedimentos. Para isso, Gallo e Ramirez (2012) argumentam que o método deve ser flexível e, antes de tudo, ser construído à medida que a pesquisa avança. Este ponto mostra semelhanças com pesquisas sociais qualitativas, mas a diferença está nas fontes de dados que são manipulados, bem como nas diferentes concepções de sujeito que eles envolvem em diferentes tipos de pesquisa. O sujeito em psicanálise não é o sujeito da ação, determinada social e historicamente – com a qual as ciências sociais trabalham. O sujeito em psicanálise é um estado de exceção que carrega consigo um não saber. Portanto, a epistemologia na psicanálise está mais perto de uma busca pelo singular e pelo novo do que por parâmetros científicos que formulem leis e diretrizes pré-estabelecidas.

Ao ressaltar o valor dos conceitos para a investigação em psicanálise, esses mesmos autores lembram que esses conceitos não devem ser tratados como dogmas, mas também não devemos esquecer que eles trazem consigo uma orientação específica de pesquisa. Porém, o pesquisador-psicanalista possui uma responsabilidade ética de preservar na universidade o aspecto do desejo de saber, que diversas vezes se opõe as obrigações curriculares. Tal afirmação revela-se peremptória a medida que mostra uma oposição entre a forma de transmitir a psicanálise e a forma tradicional de instruir sobre conteúdos teóricos nas salas de aula das universidades. Assim, destacamos um aspecto fundamental da clínica psicanalítica que é a ética do desejo, que deve ser estendida e desdobrada nos vários contextos em que o psicanalista intervém. Acreditamos, nesse sentido, que a psicanálise é capaz inclusive de contribuir para o questionamento de certos aspectos do saber universitário, no que tange aos seus modos de ensino e transmissão. Como afirmamos anteriormente, encontramos tanto em Freud quanto em Lacan uma extensa reflexão sobre a

questão da transmissão do saber analítico, reflexão essa que é confluyente a uma crítica aos modelos de ensino tradicionais, calcados no binômio mestre/aluno.

No lugar desses modelos, Lacan (1960-1961/1992) propõe pensarmos a questão da transferência como central ao ato de transmissão, relacionando em diversos momentos de seus seminários o lugar daquele que transmite o saber, que chamou de “sujeito suposto saber” (LACAN, 1960-1961/1992). Ora, a tarefa do analista, como sujeito suposto saber, é calcada no estabelecimento e na dissolução da transferência bem como no atravessamento da fantasia de mestria, fantasia essa que pode ser relacionada ao lugar do médico ou psicólogo, na clínica, mas também ao lugar do professor, em sala de aula.

Não cabe neste manuscrito realizarmos uma ampla reflexão histórica acerca daquilo que entendemos por “modelos tradicionais” de ensino, a respeito dos quais a psicanálise seria crítica. Entretanto, podemos relacioná-los em linhas gerais ao que Michel Foucault (1979) chama de paradigma “disciplinar”, que diz respeito às instituições dentro das quais os jogos de poder e saber estabelecem rígidas hierarquias entre professores e alunos. De fato, a psicanálise historicamente se posiciona como uma das principais correntes teóricas a contribuir para o movimento de crítica às instituições disciplinares, que ocorre a partir do movimento francês conhecido como “Maio de 1968”. Trata-se da subversão da lógica de encarceramento e disciplinamento presente em diversos âmbitos da sociedade, como hospitais, estabelecimentos prisionais, colégios e universidades.

Como Freud coloca na introdução de “Psicologia das massas e análise do eu” (1921/2011), existe entrelaçamento entre psicologia individual e coletiva, de forma que seria impossível compreender o adoecimento psíquico sem questionarmos o mal-estar social. Certamente, há de se atentar para as diferenças concernentes a esses dois espaços subjetivos, quais sejam: a clínica, preocupada com o caso a caso e com a singularidade do sintoma, e a esfera pública, da política e da cidadania. Entretanto, quando torna o conceito de recalque a “pedra angular” da teoria psicanalítica (FREUD, 1914/1980), Freud já se atentava

para o fato de que o psiquismo não poderia ser abordado sem a coletividade, já que o recalque diz respeito à socialização do sujeito, tornando-se condição de seu pertencimento a determinada época e cultura.

Por isso, a pesquisa em psicanálise nas universidades brasileiras tem se caracterizado por uma dupla abordagem, em que tanto a clínica quanto a política tornam-se centrais. É o que podemos constatar em laboratórios de pesquisa como o Laboratório Interunidades de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise da Universidade de São Paulo (Latesfip-USP), que se caracteriza pela reflexão acerca das relações entre a psicopatologia e as formas de subjetivação inerentes ao capitalismo moderno. Como já observamos, também podemos constatar a presença da esfera política inerente à psicanálise no PPGPSI, através de dissertações que versam tanto sobre o sistema público de saúde e os prisionais, como os Caps e as Apac, quanto sobre conceitos políticos, como o totalitarismo e os discursos de ódio na esfera pública brasileira.

Retornando, então, à asserção de Mezan acerca do aprofundamento teórico trazido pela universidade à pesquisa em psicanálise, podemos constatar também em nossa linha de pesquisa no PPGPSI, a importância conferida ao rigor epistemológico e metodológico no trato dos conceitos psicanalíticos fundamentais.

O que ancora a pesquisa em psicanálise na universidade, sendo assim, é a investigação rigorosa de seus conceitos fundamentais, sempre passíveis de críticas e revisões, em um trabalho coletivo que foi inaugurado, na verdade, pelo ineditismo das ideias freudianas acerca da subjetividade e do inconsciente. Desse modo, a psicanálise pode contribuir para reflexões concernentes ao laço social no que se refere à abordagem e tratamento do mal-estar subjetivo. Tal contribuição, realizada através da atenção renovada a seus fundamentos conceituais e a seus princípios éticos, além de aprofundar o conhecimento acerca da subjetividade e das formas de tratamento do adoecimento psíquico, também é importante para o questionamento dos jogos de poder e saber que atravessam tanto a sociedade quanto a universidade na contemporaneidade.

Referências

CALAZANS, R. P.; CARVALHO, J. G.; CASTRO, J. E.; LEITE DIAS, M.G.V; CALZAVARA, M. G. P.; CHAVES, W. C. Articulações entre conceitos fundamentais da psicanálise, sua clínica e a pesquisa na universidade. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 133-140, jan./jun. 2008.

CASTRO, J. E. **Psicanálise: ética, discurso e ensino**. Curitiba: Appris, 2016

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Relatório quadrienal 2017**. Psicologia. Brasília: CAPES, 2017.

DUNKER, C. I. L. **A psicose na criança: tempo, linguagem e sujeito**. São Paulo: Zagodoni, 2013.

ELIA, L. Psicanálise: clínica e pesquisa. In: ALBERTI, S.; ELIA, L. **Clínica e pesquisa em psicanálise**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2000. p. 19-35.

_____. A transferência na pesquisa em psicanálise: Lugar ou Excesso? **Psicologia, Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 12, n. 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-797219990003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 nov. 2018.

FONTELLES, C. S. L.; COUTINHO, D. M. B.; HOFFMAN, C. A pesquisa psicanalítica e suas relações com a universidade. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. XXI, n.1, p.138-148, jan./abr. 2018.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREUD, S. 1912. Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico (1912). In: FREUD, S. **Obras Incompletas de Sigmund Freud 6**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

FREUD, S. 1914. A história do movimento psicanalítico. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. 1919/1918. Caminhos da terapia psicanalítica. In: FREUD, S. **Obras Incompletas de Sigmund Freud 6**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

_____. 1919. Deve-se ensinar a psicanálise nas universidades? In FREUD, S. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. 1921. Psicologia das massas e análise do Eu. In: FREUD, S. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. 1922. Dois verbetes de enciclopédia. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. 1923. Psicanálise e teoria da libido. In: FREUD, S. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. 1937. A análise finita e a infinita. In: FREUD, S. **Obras Incompletas de Sigmund Freud 6**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

GALLO, H; RAMIREZ, M. E. **El psicoanálisis y la investigación em la universidad**. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2012.

IRIBARRY, I. N. 2003. O que é pesquisa psicanalítica? **Ágora**, Rio de Janeiro, VI(1), 115-138.

LACAN, J. 1960-1961. **O Seminário, livro 8: A Transferência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

_____. Prefácio. In: LEMAIRE, Anika. **Jacques Lacan – uma introdução**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

LO BIANCO, A. C. Sobre as bases dos procedimentos investigativos em psicanálise. **Psico-USF**, v. 8, n. 2, p.115-123, 2003.

MEZAN, R. Pesquisa em psicanálise: algumas reflexões. **J. psicanal.**, São Paulo, v. 39, n. 70, p. 227-241, jun. 2006 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100015&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso em: 19 nov. 2018.

MEZÊNCIO, M. S. Metodologia e pesquisa em psicanálise: uma questão. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.10, n.15, p. 104-113, 2004.

PINTO, J. M. A instituição acadêmica e a legitimação da vocação científica da psicanálise. **Psicologia Reflexão Crítica** [on line], v. 12, n. 3, 1999.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721999000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov. 2018.

SANTOS, T. C. Do saber suposto ao saber exposto: a experiência analítica e a investigação em psicanálise In: BEIVIDAS, V. **A psicanálise e a pesquisa em universidade**. Rio de Janeiro: Editora Contracapa, 2002.

SOUZA, O. Psicanálise e universidade: ensino. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 12, n. 2, p.177-188, 2001.

Entre Freud e Jung: a metapsicologia de Sabina Spielrein

Fátima Caropreso

Por um longo período, a contribuição da psicanalista russa Sabina Spielrein (1885-1942) para a história da psicanálise e da psicologia foi praticamente desconhecida. Com a publicação, em 1974, da correspondência entre Freud e Jung, em que é várias vezes mencionada, Spielrein começou a reemergir para a história da psicanálise (OVCHARENKO, 1999). No entanto, o interesse por ela se intensificou, principalmente, após a publicação do livro “Diário de uma secreta simetria: Sabina Spielrein entre Jung e Freud” (CAROTENUTO, 1980), o qual contém um comentário sobre a vida e o pensamento de Spielrein, assim como partes de um diário e algumas cartas que ela enviou a Jung e a Freud.

Embora o interesse por Spielrein tenha se concentrado, inicialmente, em sua biografia, nos últimos anos tem surgido um crescente reconhecimento da importância de seu pensamento teórico e clínico e do seu pioneirismo em várias áreas. Apesar disso, ainda são poucos os trabalhos que se dedicam a uma análise minuciosa de sua teoria, de forma que uma compreensão satisfatória de seu pensamento e uma avaliação mais precisa do papel por ela desempenhado na história das ideias psicológicas ainda não foram plenamente alcançadas.

Em seu primeiro trabalho publicado, intitulado “Sobre o conteúdo psicológico de um caso de esquizofrenia” (SPIELREIN, 1911/2014), a partir da análise dos sintomas de uma paciente esquizofrênica, Spielrein formula algumas hipóteses sobre a esquizofrenia e o funcionamento mental em geral. Em sua publicação seguinte, “A destruição como origem do devir” (SPIELREIN, 1912/2014), a autora dá continuidade às teses apresentadas em seu texto precedente e formula uma concepção metapsicológica mais ampla. O foco de suas investigações, em suas duas primeiras publicações, é a compreensão do “inconsciente” ou do “subconsciente”, como passará a denominá-lo subsequentemente.

Em “O tempo na vida psíquica subliminar” (SPIELREIN, 1923), Spielrein esclarece que o interesse em compreender o subconsciente a levou a investigar o pensamento e a linguagem infantis, pois ela constatou que os processos subscientes apresentam as mesmas características do pensamento infantil. Assim, a partir do artigo “Contribuições para a compreensão da mente infantil” (SPIELREIN, 1912b), publicado logo após seu artigo sobre a destruição de 1912, ela direciona suas investigações, principalmente, para a psicologia infantil, embora continue desenvolvendo suas hipóteses metapsicológicas. Nas cartas que escreve a Jung, entre os anos de 1917 e 1918, suas concepções sobre a dinâmica e a estrutura mental são retomadas e reformuladas. Ela tenta integrar suas próprias hipóteses com concepções defendidas por Freud e Jung, o que tem como resultado uma teoria original, que, de certa forma, situa-se “entre” o pensamento dos dois autores.

Neste texto, abordaremos as características centrais da teoria metapsicológica que Spielrein elaborou em seus dois primeiros textos publicados e nas cartas a Jung do período acima mencionado.

Psique do eu e psique da espécie

Em “Sobre o conteúdo psicológico de um caso de esquizofrenia (*Dementia praecox*)” (SPIELREIN, 1911), Spielrein apresenta o caso de uma paciente com

demência paranoide, tratada por ela no Hospital Burghölzi. Embora se apoie, nesse texto, em hipóteses de Bleuler, Freud, Riklin e outros autores, Jung parece ser a principal influência que atua sobre ela nesse momento. Spielrein baseia-se, sobretudo, nas concepções de Jung sobre os complexos (JUNG, 1906) e em suas hipóteses sobre a demência precoce, apresentadas em “Psicologia da *dementia praecox*: um ensaio” (JUNG, 1907) e em “O conteúdo da psicose” (JUNG, 1908). Ela comenta que Freud e Jung haviam demonstrado a existência de um paralelismo especial entre os fenômenos neuróticos e oníricos e as manifestações da esquizofrenia, mas que ela pode acrescentar dados relevantes ao conceito desses autores, introduzindo uma visão filogenética. Essa “visão filogenética” seria, portanto, sua principal contribuição.

De acordo com as hipóteses de Spielrein (1911), o ser humano possuiria duas vivências, uma consciente e outra inconsciente, e esta última seria a responsável pela criação de uma tonalidade afetiva. Apenas com a união do inconsciente à vivência consciente a última se tornaria uma vivência real. Quando sentimos prazer diante de uma experiência qualquer, temos a impressão de que o sentimento de prazer faz parte do conteúdo atual da representação. No entanto, na verdade, nossa alegria se deve às vivências de nosso passado pessoal e às vivências de nossos ancestrais, explica autora. Ela sustenta, então, que “herdamos também a sedimentação das vivências de nossos ancestrais” (SPIELREIN, 1911, p. 397). Modos de pensamento muito antigos influenciariam nossa consciência do presente.

Spielrein (1911) argumenta que o esquizofrênico parte de seus conflitos presentes, mas, para evitar um sofrimento pessoal, é levado a substituir o mundo externo real por um mundo interno com valor de realidade. Ela reconhece que esse fato já havia sido demonstrado por Jung, no entanto, afirma que o material de sua paciente mostra que esse eu profundo, que se expressa na doença, pertence “a um passado que ultrapassa o âmbito do indivíduo” (SPIELREIN, 1911, p. 397). Na esquizofrenia, o doente inseriria sua vivência presente em um passado, que remeteria às vivências de nossos ancestrais.

Um dos exemplos citados para ilustrar esse fenômeno é a fala de sua paciente “a terra foi perfurada”, a qual significava “eu fui maculada no ato sexual”. Spielrein esclarece que os antigos viam na terra uma mulher poderosa e que, portanto, a paciente falava a língua do pensamento mitológico. Com essa substituição, sua dor é diluída entre as várias representações análogas que abrigamos dentro de nós como herança de nossos ancestrais, argumenta a autora. A mulher, de maneira geral, teria sido maculada e não ela como indivíduo e, nesse processo, as características pessoais seriam eliminadas.

Spielrein (1911) argumenta, então, que o inconsciente dilui o presente no passado. Nele, encontramos algo que seria, ao mesmo tempo, presente, passado e futuro. Em suas palavras:

O inconsciente nos fornece indícios sobre os conflitos pessoais no presente, sobre os conflitos do passado filogenético a partir do qual se originam as vivências pessoais e, eventualmente, sobre o desenvolvimento futuro das coisas, já que o futuro emerge do passado (na verdade, ele é apenas uma forma do passado) (SPIELREIN, 1911, p. 398).

Com os conceitos de “psique do eu” (*Ichpsyche*) e “psique da espécie” (*Artpsyche*), propostos em “A destruição como origem do devir” (SPIELREIN, 1912a), Spielrein continua desenvolvendo as ideias sobre o caráter filogenético do psiquismo que começam a ser esboçadas em 1911. Nesse texto de 1912, dando continuidade às teses anteriormente elaboradas, Spielrein argumenta que pensamentos e representações inconscientes acompanham cada representação ou pensamento consciente e transformam os produtos deste último em uma linguagem específica. Tal processo de transformação é denominado “assimilação” (*Assimilation*) ou “dissolução” (*Auflösung*).

Os conteúdos da consciência se diferenciariam do inconsciente e, nesse último, seriam assimilados ou dissolvidos, o que determinaria a tonalidade emocional de uma experiência. Dessa forma, no inconsciente, cada representação diferenciada seria transformada em um estado indiferenciado. A autora retoma a fala de sua

paciente mencionada anteriormente para exemplificar esse processo. A terra representaria a grande mãe ou a representação inconsciente de todas as pessoas. Nessa grande mãe (o inconsciente), a paciente transformaria a si mesma em sua mãe (terra) indiferenciada.

Spielrein (1912) diferencia entre uma “psique do eu” e outra mais profunda, denominada “psique da espécie”. A primeira conteria o material proveniente de nosso passado individual e a segunda aquele derivado do passado da espécie. Assim, além de conter experiências pessoais, o inconsciente conteria experiências de inúmeras gerações, de forma que a assimilação inconsciente de eventos que tivessem ocorrido em muitas gerações se encaixaria na cadeia de pensamentos do presente, ou seja, transformaria uma experiência do eu em uma experiência da espécie. A autora argumenta que, quanto mais nos aproximamos de nossos pensamentos conscientes, mais diferenciadas são nossas representações, ao passo que, quanto mais penetramos no inconsciente, mais universais e típicas elas se apresentam. Dessa forma, diz ela: “o ângulo da nossa psique não conhece o *eu*, mas apenas seu somatório, o *nós*, ou o eu presente, visto como objeto, é subordinado a outros objetos semelhantes” (SPIELREIN, 1912a, p. 472).

Na época em que Spielrein escreve “A destruição como origem do devir”, a discussão sobre a possibilidade de memórias filogenéticas estava emergindo no âmbito da psicanálise e viria a adquirir importância cada vez maior nos anos seguintes. Contudo, com o conceito de psique da espécie e psique do eu, Spielrein propõe uma concepção original da dinâmica mental e do conflito psíquico e atribui a tais memórias uma importância até então inédita nas hipóteses psicanalíticas sobre o funcionamento mental (CAROPRESO, 2017b).

No apêndice, publicado em 1912, do texto “Notas psicanalíticas sobre um caso de paranoia descrito autobiograficamente”, Freud (1911) diz que o trabalho sobre a esquizofrenia de Spielrein o ajudou a perceber a riqueza simbólica das fantasias e ideias delirantes de Schreber e discernir melhor o pertencimento

de algumas de suas afirmações delirantes ao contexto mitológico. Em “O interesse pela psicanálise” (FREUD, 1913), Freud comenta que, nos últimos anos, psicanalistas como Spielrein, Jung e Abraham haviam percebido que a tese de que a ontogênese é uma repetição da filogênese teria que ser aplicada também à vida anímica. Como aponta Ritvo (1992), nesse mesmo ano, em “Totem e tabu”, Freud desenvolve sua mais famosa e controversa aplicação dessa teoria ao complexo de Édipo, propondo que este seria a recapitulação ontogenética de uma ocorrência real no desenvolvimento da civilização. Nos anos que se seguem, ele continua defendendo esta hipótese. Em sua segunda teoria do aparelho psíquico, apresentada em “O ego e o id”, Freud (1923) sustenta que o Id é composto em parte por aquisições filogenéticas (CAROPRESO, 2017b).

Spielrein, no entanto, atribui um papel mais amplo do que Freud às memórias filogenéticas. Segundo a autora, a psique da espécie herdaria traços de memória de experiências vivenciadas por inúmeras gerações, os quais tenderiam a se sobrepor ao material proveniente de nossa experiência pessoal. Para ela, essa influência dos conteúdos da espécie sobre nossa consciência atual seria generalizada, uma vez que todas as nossas experiências seriam, em última instância, por eles significadas. Portanto, já em 1912, ela parece atribuir uma importância às memórias filogenéticas, que não encontra paralelo na teoria freudiana (CAROPRESO, 2017b).

Alguns autores apontam a relação existente entre o conceito de “psique da espécie” de Spielrein e o conceito junguiano de inconsciente coletivo. Skea (2006) comenta que a emergência da ideia junguiana de inconsciente coletivo pode ser vista já no texto “Significação do pai”, de 1909, embora tenha se concretizado apenas na segunda parte de “Metamorfozes e símbolos da libido”, publicado em 1912, onde é empregado o termo “modos arcaicos de adaptação”. Contudo, o termo “inconsciente coletivo” foi usado por Jung, pela primeira vez, apenas em “Estrutura do inconsciente”, de 1916, segundo esclarece o autor.

Skea (2006) defende que Spielrein teve uma importante contribuição na então emergente teoria junguiana do inconsciente coletivo¹.

Retornando ao texto de Spielrein (1912), ela sustenta que duas tendências opostas estariam presentes no psiquismo: uma “tendência à dissolução e assimilação” (*Assimilations oder Auflösungstendenzen*) e uma “tendência à diferenciação” (*Differenzierungstendenzen*). Tais tendências seriam expressões psíquicas das pulsões de conservação da espécie (*Arterhaltungstrieb*) e de autoconservação (*Selbsterhaltungstrieb*), respectivamente. Com tais hipóteses, a oposição - ainda sustentada por Freud na época - entre esses dois tipos de pulsões é mantida. No entanto, ela insere o “instinto de morte” (*Todesinstinkt*) no interior do instinto sexual e coloca o primeiro na base da tendência à dissolução e assimilação da psique da espécie².

O instinto de morte, proposto por Spielrein (1912a), corresponderia aos “componentes destrutivos” do instinto sexual (*Sexualinstinkt*), de maneira que esse último instinto conteria tanto componentes destrutivos como reprodutivos. Dessa forma, o instinto de morte seria inerente ao instinto sexual e ambos trabalhariam no sentido da conservação da espécie. O instinto de morte é que daria origem à tendência, à dissolução e assimilação, presente na psique da espécie. Spielrein (1912) defende que não há devir sem destruição, de forma

1 Skea (2006) comenta que, na segunda parte de “Metamorfoses e símbolos da libido”, publicada no mesmo volume do “Jahrbuch” em que o texto de Spielrein sobre a destruição foi publicado, Jung se refere dezessete vezes ao estudo de Spielrein sobre a demência precoce de 1911, citando material do delírio da paciente que ela havia relacionado com o nível mitológico do inconsciente. No entanto, a tradução para o inglês de 1916 e todas as edições subsequentes, culminando em “Símbolos da transformação” (1952), datam incorretamente o texto de Spielrein como sendo de 1912. Tal autor comenta ainda que, embora Jung tenha mantido a maior parte das referências ao trabalho de Spielrein em “Símbolos da transformação”, ele retirou a única referência a ela presente na primeira parte de “Metamorfoses e símbolos da libido”. Nesta referência, ele mencionava a interessante correlação entre formas patológicas e mitológicas reveladas nas investigações analíticas de Spielrein e enfatizava expressamente que ela havia descoberto o simbolismo aí presente através de seu trabalho, independente e sem conexão com suas ideias. Skea (2006) considera que com a hipótese de “psique da espécie”, apresentada em seu texto sobre a destruição, Spielrein antecipa em quatro anos a definição de inconsciente coletivo de Jung e que isso nunca foi reconhecido por ele. Van Waning (1992) também considera que Spielrein antecipou o conceito junguiano de inconsciente coletivo (Caropreso, 2017a).

2 A concepção de Spielrein de “instinto de morte” é bastante diferente da concepção freudiana de pulsão de morte. Uma discussão desses conceitos e dessas diferenças pode ser encontrada em Caropreso (2017a).

que o instinto de morte e a tendência à dissolução seriam condições necessárias para a criação, para o surgimento do novo. A pulsão de autoconservação, por sua vez, não daria origem a nada de novo, uma vez que ela visaria manter o estado presente do Eu. Assim, a autora argumenta que:

A pulsão de autoconservação é uma pulsão simples, composta apenas de um lado positivo, a pulsão de conservação da espécie, que precisa dissolver o antigo para que o novo surja, é composta por um componente positivo e um negativo. A pulsão de conservação da espécie é, por essência, ambivalente; por isso, o estímulo dos componentes positivos provoca, ao mesmo tempo, o estímulo dos componentes negativos, e vice-versa. A pulsão de autoconservação é uma pulsão “estática”, na medida em que deve proteger o indivíduo que já existe contra influências externas. A pulsão de conservação da espécie é uma pulsão “dinâmica” que ansia pela alteração, pela “ressurreição” do indivíduo em uma nova forma. Nenhuma alteração pode acontecer sem o aniquilamento do estado antigo (SPIELREIN, 1912a, p. 490).

Para Spielrein (1912a), portanto, o processo de dissolução seria impulsionado pelo instinto de morte contido na pulsão de preservação da espécie. A tendência à dissolução estaria presente em todo funcionamento mental, embora se manifestasse de forma mais intensa na esquizofrenia. Pode-se dizer que, segundo sua teoria, o conflito estaria presente em dois níveis no funcionamento mental. Haveria, em primeiro lugar, um conflito entre a psique da espécie (e sua tendência à dissolução e assimilação) e a psique do eu (e sua tendência à diferenciação). Este seria expressão da oposição entre os impulsos de autopreservação e aqueles de preservação da espécie. Com isso, o primeiro dualismo pulsional freudiano é mantido, mas Spielrein introduz os componentes filogenéticos e o instinto de morte no interior das pulsões sexuais. Em segundo lugar, haveria um conflito interno ao impulso de preservação das espécies, o qual se daria entre os componentes destrutivos e reprodutivos do mesmo. A exacerbação dos componentes destrutivos do instinto sexual impulsionaria o processo de dissolução que estaria na base da esquizofrenia. Spielrein propõe também que

a neurose resultaria de uma intensificação dos componentes destrutivos do instinto sexual (CAROPRESO, 2017b).

Como dissemos, nas cartas que Spielrein escreve a Jung entre 1917 e 1918 Spielrein continua desenvolvendo suas especulações metapsicológicas. Passemos ao comentário de algumas das ideias que ela elabora nessas cartas.

A teorização metapsicológica de Spielrein nas cartas a Jung

Entre os anos de 1908 e 1919, Spielrein e Jung trocaram uma série de correspondências, nas quais tratavam de questões pessoais e discutiam hipóteses teóricas de ambos, assim como algumas das concepções freudianas. Nas últimas cartas, principalmente nas escritas a partir de 1917, Spielrein propõe algumas concepções sobre a estrutura e a dinâmica da mente, as quais podem ser consideradas como um desenvolvimento de parte das teses que ela elaborara em seus textos de 1911 e 1912 que acabamos de comentar. Pode-se dizer que ela faz uma tentativa de integrar suas concepções com as propostas metapsicológicas de Freud sobre o aparelho psíquico - em particular, com a divisão estabelecida por este entre as instâncias; consciente, pré-consciente e inconsciente. A autora propõe que estas duas últimas instâncias são partes de um domínio psíquico mais amplo, denominado “subconsciente”, e, com isso, formula algumas ideias originais sobre o funcionamento mental.

Tendo em vista as elaborações teóricas de Spielrein, a carta central é a que ela escreve a Jung em 20 de dezembro de 1917, pois nela está presente a exposição mais detalhada de suas concepções sobre a tópica e dinâmica mental. No entanto, as ideias apresentadas nas cartas imediatamente anteriores e posteriores complementam as hipóteses presentes na carta de 20 de dezembro e permitem uma melhor compreensão das mesmas.

Na carta de 20 de dezembro de 1917, Spielrein propõe uma diferenciação na vida mental entre “consciente” (*Bewusstsein*), “subconsciente” (*Unterbewusstsein*),

“pré-consciente” (*Vorbewusstsein*) e “inconsciente” (*Unbewusstsein*). Mais precisamente, as duas últimas instâncias seriam partes diferenciadas do subconsciente, de forma que poderíamos dizer que haveria um domínio consciente e outro subconsciente e que, neste último, seria possível distinguir o subconsciente que corresponderia ao que ela chama de “consciência lateral”, o pré-consciente e o inconsciente³. Em carta a Jung escrita dias antes, em 15 de dezembro de 1917, ela dissera:

No meu escrito “Destrução, etc...”. sempre substituí, ou quis substituir, a expressão *inconsciente* por ‘*subconsciente*’, sem que naquele tempo soubesse que Freud, por ‘inconsciente’, entende algo completamente diferente do que eu queria indicar com o termo ‘subconsciente’. Como aluna do senhor, estava habituada a conceber o inconsciente no sentido do que não é consciente; e só depois me dei conta de que o senhor e Freud entendem duas coisas inteiramente diferentes (SPIELREIN, 1980/1984, p. 131-2).

Na carta de 20 de dezembro de 1917, Spielrein propõe a designação “inconsciente” para o domínio mental que seria alvo do recalque; que teria sido barrado pela censura. O “pré-consciente” seria a agência censuradora. Ela o caracteriza como uma força poderosa que separa, em alguma parte do subconsciente, determinados impulsos infantis, impedindo-os de penetrar na consciência. Assim, pela ação da censura (pré-consciente), surgiria, no subconsciente, o inconsciente como uma área diferenciada e inacessível à consciência.

Seguindo as ideias de Freud, Spielrein pressupõe a existência de uma censura que atuaria sobre desejos derivados de pulsões orgânicas intensas, que entrassem em contradição com nosso eu consciente. Tais desejos – a cujo reconhecimento se

3 Na carta de 15 de dezembro de 1917, ela usa o termo “pré-consciente” de uma forma mais ampla, como abrangendo o que, na carta de 17 de dezembro do mesmo ano, ela especifica como “consciência lateral”. Nesta última carta, ela concebe o pré-consciente de uma forma mais restrita, como consistindo na agência responsável pela censura. Na carta de 6 de janeiro de 1918, ela esclarece que sua terminologia, no que se refere às instâncias psíquicas, é provisória, e diz que a mesma pode vir a ser alterada depois de ter sido discutida com várias pessoas.

oporiam um fortíssimo instinto de autoconservação e desenvolvimento – seriam principalmente aqueles relacionados à sexualidade infantil e ao complexo de Édipo. A autora argumenta que, nos homens normais, esses desejos seriam sublimados, ou seja, a energia dos mesmos seria retirada e transferida para áreas mais elevadas ou para uma atividade amorosa normal. No entanto, existiria sempre um refluxo de energia nessa velha direção, de forma que as marcas da instintualidade infantil em nós não desapareceriam.

Na carta de 20 de dezembro, Spielrein defende que o plano visual da consciência seria extremamente restrito, pois abarcaria uma pequena parte dos processos mentais. Na consciência, estaria presente um tipo de pensamento “direcionado”, oposto ao pensamento “não-direcionado” que caracterizaria o funcionamento mental subconsciente, o qual é chamado também de “pensamento subliminar”.

Como esclarece Vidal (2001), a noção de pensamento “direcionado” e “não-direcionado” foi proposta inicialmente por Jung na segunda parte do texto de “Metamorfoses e símbolos da libido”, de 1912. Para Jung, o pensamento direcionado seria consciente, adaptado à realidade, verbal e conteria relações lógicas. Ele seria governado por uma capacidade representacional superior, o que daria origem ao sentido de direção. O pensamento não direcionado, por sua vez, não seria consciente nem adaptado à realidade; seria subjetivo, simbólico, constituído por uma sucessão de imagens e sentimentos. Para Jung, se tal tipo de pensamento assume uma forma patológica, em especial esquizofrênica, ou se ele se manifesta como sonho, mito ou criação artística, revela um estado de mente infantil enraizado tanto na história individual como no passado da humanidade (VIDAL, 2001)⁴.

Segundo as ideias apresentadas na carta de 20 de dezembro, o pensamento não direcionado ou subliminar emergiria assim que o pensamento direcionado fosse

4 Kerr (1994) aponta que Freud tinha algumas objeções à hipótese de Jung sobre os pensamentos direcionado e não direcionado. Ele não concordava com o contraste apresentado entre os dois tipos de pensamento, o verbal e o simbólico, e escreveu seu próprio trabalho sobre o tema, “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental”, para propor uma visão alternativa sobre os modos de funcionamento psíquico. Spielrein inclui, em sua teoria, as hipóteses a esse respeito de ambos os autores.

enfraquecido pelo cansaço, narcose ou por outros fatores. Spielrein considera que os fenômenos hipnagógicos, descritos por Silberer (1909), constituiriam o primeiro grau do pensamento subliminar e permitiriam compreender algumas de suas características. Diz ela:

A observação dos fenômenos hipnagógicos nos ensina que o curso de pensamentos subliminares representa o curso de pensamentos conscientes com símbolos, e não apenas com símbolos visuais, mas também “símbolos de pensamento” acústicos e dinâmicos etc. *Os símbolos subliminares são mais gerais e arcaicos que os equivalentes do pensamento consciente* (SPIELREIN, 2014, p. 369).

O restante do subconsciente – que não consistisse no inconsciente (recalcado) ou no pré-consciente – é denominado por Spielrein “consciência lateral”. Esta parte do subconsciente seria composta por material relacionado à vida pessoal e por conteúdos pertencentes à espécie. Spielrein argumenta que “precisamos empurrar muitos de nossos “complexos” para o subconsciente, não apenas por falta de tempo, mas também por intolerância, por desconfiança etc. - em resumo, por motivos afetivos pessoais” (SPIELREIN, 2014, p. 370). Desta maneira, alguns complexos seriam excluídos do pensamento direcionado por razões afetivas. Estes, no entanto, ao contrário das representações “inconscientes”, permaneceriam aptos a se tornarem conscientes, diz ela, uma vez que não teriam sido separados do consciente através da censura.

Como explica Cromberg (2014), Spielrein faz uma diferenciação entre *Uterdrückung* (repressão) e *Verdrängung* (recalque). O primeiro mecanismo operaria entre o consciente e o subconsciente (consciência lateral), enquanto o segundo atuaria entre este último e o inconsciente. Tanto a parte subconsciente excluída do pensamento direcionado (alvo da *Uterdrückung*) como a sua parte composta por derivados de instintos censurados (alvo da *Verdrängung*) estariam ligadas à experiência individual. Podemos inferir que aí estaria a “psique do eu”, descrita por Spielrein em 1912. Todavia, o subconsciente conteria também um material que transcenderia a vida individual, de forma que podemos inferir que nele

também estaria contida a “psique da espécie”, proposta em 1912. Na carta de 15 de dezembro de 1917, Spielrein diz que, no subconsciente (consciência lateral), encontramos:

[...] todos os problemas profundamente éticos, os problemas de orientação e toda a sabedoria atávica, que não percebemos porque o nosso consciente é apenas uma partícula pequeníssima deste enorme sistema coordenado, a partícula que nos é necessária a cada momento para nos adaptarmos ao presente (SPIELREIN, 1980/1984, p. 132).

Na carta de 20 de dezembro, a autora afirma que a vida psíquica individual se estende para psique coletiva e argumenta que “o subconsciente tem uma elevada cultura moral já que é um depósito de toda a série histórica da evolução” (SPIELREIN, 2014, p. 373). Adiante, nessa mesma carta, ela diferencia claramente entre um “subconsciente pessoal” e um “subconsciente coletivo”. Em suas palavras:

[...] se estamos em áreas que o consciente tolera, entre coisas mais elevadas, estamos lidando com pensamentos mais elevados ou conflitos afetivos - então nos encontramos no subconsciente pessoal ou coletivo; se, no entanto, surgem coisas arrepiantes que fazem parte das formas pulsionais que sobreviveram, ou algo que, devido a falsas ligações, também pareça arrepiante - então estamos no verdadeiro inconsciente (SPIELREIN, 2014, p. 374).

Assim, na parte do subconsciente correspondente à consciência lateral, seria possível diferenciar entre um subconsciente pessoal – constituído pelo conteúdo excluído do pensamento direcionado – e um subconsciente coletivo – constituído pelo “depósito de toda a série histórica da evolução” (SPIELREIN, 2014, p. 373) e formado, portanto, por hereditariedade, como diz Spielrein na carta a Jung de 6 de janeiro de 1918. No entanto, podemos inferir que também o inconsciente seria de origem pessoal, de forma que, se tentamos relacionar a “psique do eu”, descrita em 1912, com a proposta teórica da carta a Jung de

20 de dezembro, somos conduzidos à conclusão de que, tanto a parte pessoal da consciência lateral quanto o inconsciente (recalcado) corresponderiam à psique do eu, como comentamos acima.

Nas cartas trocadas entre Jung e Spielrein, algumas vezes é discutida a hipótese defendida por Jung de que o inconsciente teria um caráter prospectivo. Esse é um dos principais pontos de discordância de Jung em relação à hipótese freudiana do inconsciente. Na carta de 15 de dezembro de 1917, Spielrein argumenta que esse caráter prospectivo poderia estar presente no subconsciente, mas não no inconsciente freudiano. Diz ela:

Não se pode nem provar nem refutar se o ponto de vista teleológico é justo ou não, porque é uma questão de sentimentos e de fé. Mas não é este o elemento essencial. *Seguramente, no nosso subconsciente, conservamos conselhos, sinais e indicações de direções para a nossa vida futura*; estou de acordo com Goethe quando diz: “Um homem bom é, sempre, no seu obscuro instinto, consciente do caminho certo”. Mas creio que jamais se sublinhará bastante que isto *não* tem lugar no *inconsciente* no sentido de Freud, mas no *subconsciente* (SPIELREIN, 1980/1984, p. 131)⁵.

Essa questão volta a ser discutida na carta que Spielrein escreve a Jung em 6 de janeiro de 1918. Nela, ela reconhece a possibilidade de que o subconsciente seja prospectivo, no entanto, demarca o seu diferencial em relação a Jung, argumentando que, embora provavelmente o subconsciente de toda pessoa seja, até certo ponto, preditivo, não devemos considerá-lo sempre profético. O subconsciente, diz ela, elabora diversas tendências existentes em nós e nos mostra possibilidades e probabilidades que estão suspensas no ar, ou seja, que se acham próximas da realização. No entanto, ele também pode errar; pode ser vítima de sugestão, ou seja, pode ser induzido a buscar a solução de um problema em uma “forma mais elevada” ou “mais baixa”, argumenta a autora. Essa possibilidade de erro e de ser influenciado pela sugestão impe-

⁵ A maior parte das vezes em que Spielrein usa a palavra “subconsciente” sem especificação (consciência lateral, inconsciente, pré-consciente) é possível inferir, a partir do contexto do texto, que ela está se referindo à consciência lateral.

diria, portanto, que sempre lhe fosse atribuído um caráter profético, embora pudéssemos considerá-lo, até certo ponto, preditivo.

Na mesma carta, Spielrein usa sua própria fantasia do Sigfrido – do filho que ela desejava ter com Jung – para exemplificar essa possibilidade de erro do pensamento subconsciente. Segundo ela, por um período, seu subconsciente teria intuído a possibilidade de realização “real” dessa fantasia e a aconselhado a não opor resistência a isso. No entanto, tal realização foi impedida pelas circunstâncias da realidade e, então, seu subconsciente posicionou-se contra a solução “real” do problema e a favor de um caminho sublimatório para solucioná-lo⁶. Deste modo, diz ela: “Se bem que o subconsciente não nos indique uma meta fixa, mas somente resolva os problemas segundo as circunstâncias, indique um caminho, tenha efeito preventivo ou encorajador, etc. – a observação metódica desses fenômenos é de enorme interesse” (SPIELREIN, 1980/1984, p. 148).

A discussão continua na carta de Spielrein com data provável de 27-28 de janeiro de 1918, onde ela reafirma sua crença no significado prospectivo e profético do subconsciente. No entanto, diz considerar necessário levantar as seguintes questões:

O subconsciente é prospectivo em todo homem? Provavelmente, sim. Mas o é, em cada um, na mesma medida? Ou seja: é, por assim dizer, como uma fórmula divina, que cada um possa ler em si mesmo, contanto que o queira? Ou se trata de uma capacidade, como, por exemplo, a inteligência, a qual está desenvolvida nos homens em diferente medida? (SPIELREIN, 1980/1984, p. 157).

A autora não formula uma resposta direta a essas indagações. O que podemos perceber é que ela defende que a parte não recalcada do subconsciente

⁶ Na carta de 27-28 de janeiro de 1918, ela volta a comentar a fantasia de Sigfrido e diz: “Lutei durante anos até que consegui não considerar mais os símbolos do subconsciente de um ponto de vista prospectivo, mas a lhes atribuir apenas o significado de desejos infantis” (SPIELREIN, 1980/1984, p.158). Dessa maneira, ela reconhece que sua fantasia de Sigfrido consistia apenas em uma tentativa de realização de desejos infantis, estando nela ausente o caráter prospectivo.

poderia ter um caráter prospectivo, o qual, contudo, seria influenciado pelas circunstâncias e seria passível de erro, de forma que, apesar de prospectivo, o subconsciente não seria necessariamente profético. Apesar de ser capaz de formular previsões com base nas circunstâncias atuais, o subconsciente, segundo a autora, não seria necessariamente profético, ou seja, não teria necessariamente a capacidade de antecipar algo que, de fato, viesse a acontecer. Ela sugere também que talvez esse caráter prospectivo e profético não fosse igualmente desenvolvido em todas as pessoas.

Considerações finais

Desde suas primeiras publicações, fica claro que Sabina Spielrein elaborou uma teoria bastante original, a partir de suas observações clínicas, de hipóteses freudianas, junguianas, além de outras concepções psicanalíticas. Nas cartas a Jung do período de 1917 a 1918, contudo, ela parece fazer uma tentativa explícita de inserir ideias freudianas e junguianas em uma teoria geral sobre a mente. Nestas cartas, Spielrein tenta integrar algumas das ideias elaboradas em seus textos de 1911 e 1912 com as hipóteses que Freud defendia na época sobre o “aparelho psíquico”, assim como com algumas ideias de Jung. Entre essas ideias, podemos destacar a hipótese do caráter prospectivo do subconsciente, a presença dos dois tipos de pensamentos (direcionado e não direcionado) no funcionamento mental e a existência de material psíquico que transcende às experiências pessoais. O resultado desta tentativa de integração, no entanto, é a formulação de uma teoria original, em muitos aspectos.

Em sua correspondência com Jung, é notável o domínio que Spielrein demonstra sobre a teoria freudiana e a tentativa que ela faz de aproximar o pensamento de Jung e o de Freud, mostrando pontos de convergência entre suas hipóteses e chamando a atenção ao valor de ambas as teorias. Várias vezes, ao longo das cartas, ela busca explicitamente conciliar as concepções dos dois autores e mostrar a Jung que elas não são incompatíveis.

Após a ruptura entre Freud e Jung, Sabina Spielrein manteve contato com ambos (MARCHESE, 2015). Skea (2006) comenta que, na ocasião de tal ruptura, ela se recusou a tomar partido de qualquer um dos lados e continuou insistindo em sua admiração por ambos e manifestando sua esperança em uma reconciliação. Segundo o autor, essa postura fez com que ela fosse vista como junguiana, pelos freudianos, e como freudiana, pelos junguianos, o que gerou rejeição em ambos os grupos e provavelmente contribuiu para que seu trabalho não recebesse a devida importância e reconhecimento.

Apoio: CNPQ- Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

Referências

CAROPRESO, F. The death instinct and the mental dimension beyond the pleasure principle in the works of Spielrein and Freud. **International Journal of Psychoanalysis**, Londres, n. 98, p. 1741-1762, 2017a.

_____. O funcionamento mental e as bases ancestrais do psiquismo segundo Sabina Spielrein. **Tempo psicanalítico**, Rio de Janeiro, n. 49, p. 126-151, 2017b.

CAROTENUTO, A. 1980. **A Secret Symmetry, Sabina Spielrein between Jung and Freud**. New York: Pantheon Books, 1984.

CROMBERG, R. U. **Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise**. São Paulo: Livros da Matriz, 2014.

FREUD, S. 1900. La interpretación de los sueños. In: STRACHEY, J. (Ed.). **Sigmund Freud Obras completas**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998. v.5. p. 345- 611.

_____. 1913. El interes por el psicoanálisis. In: STRACHEY, J. (Ed.), **Sigmund Freud Obras completas**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998. v.13. p. 165-192.

_____. 1911. Pontualizaciones psicoanalíticas sobre un caso de paranoia (*Dementia paranoides*) descrito autobiográficamente. In: STRACHEY, J. (Ed.). **Sigmund Freud Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998. v.12. p. 1-73.

_____. 1923. El yo y el ello. In: STRACHEY, J. (Ed.). **Sigmund Freud Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998.v.19. p. 1-66.

JUNG, C. G. 1906. Estudos diagnósticos de associações. In: Carneiro, A. S. *et al.* (Eds.). **C.G. Jung Obra completa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. v. 2. p. 331-361.

JUNG, C. G. 1907. A psicologia da *dementia praecox*: um ensaio. In: Carneiro, A. S. *et al.* (Eds.). **C.G. Jung Obra completa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. v. 3. p. 9-171.

_____. 1908. O conteúdo da psicose. In CARNEIRO, A. S. *et al.* (Eds.). **C.G. Jung Obra completa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. v. 3. p.173-224.

_____. The letters of C. G. Jung to Sabina Spielrein. **Journal of Analytical Psychology**, Londres , v. 46, n. 1, p. 173-199, 2001.

KERR, J. **A most dangerous method: the story of Jung, Freud, and Sabina Spielrein**. New York: Alfred A. Knopf, 1993.

MARCHESE, F. J. **Coming into being: Sabina Spielrein, Jung, Freud, and Psychoanalysis**. Toronto: Frank J. Marchese, 2015.

OVCHARENKO, V. Love, psychoanalysis and destruction. **Journal of Analytical Psychology**, Londres, v. 44, n. 3, p. 355-373, 1999.

RITVO, L. B. 1990. **A influência de Darwin sobre Freud: um conto de duas ciências**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SILBERER, H. Bericht über eine Methode, gewisse symbolische Halluzinations-Erscheinungen hervorzurufen und zu beobachten. **Jahrbuch für psychoanalytische und psychopathologische Forschungen**, Leipzig, 1, p. 513-525, 1909.

SKEA, B. R. S. Spielrein: out from the shadow of Freud and Jung. **Journal of Analytical Psychology**, London, v. 51, p. 527-552, 2006.

SPIELREIN, S. 1911. Sobre o conteúdo psicológico de um caso de esquizofrenia. In: CROMBERG, R. U. (Ed.). **Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise**. São Paulo: Livros da Matriz, 2014. p. 127-216.

SPIELREIN, S. 1912a. A destruição como origem do devir. In: CROMBERG, R.U. (Org). **Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise**. São Paulo: Livros da Matriz, 2014. p. 227-277.

_____. Beiträge zur Kenntnis der kindlichen Seele. **Zentralblatt für Psychoanalyse**, Wiesbaden, v. 3, n. 2, p. 57- 72, 1912b.

_____. 1923. Die Zeit im unterschwelligem Seelenleben. **Imago**, Londres, v. 9, n. 3, p. 300-317, 1923.

_____. 1980. Cartas de Sabina Spielrein a C.G. Jung. In: CAROTENUTO, A. (Ed.). **Diário de uma secreta simetria: Sabina Spielrein entre Jung e Freud**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984, p. 109-161.

_____. Carta a Jung de 20 de dezembro de 1917. In: CROMBERG, R. U. (Ed.). **Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise**. São Paulo: Livros da Matriz, 2014. p. 367-375.

VAN WANING, A. The Works of Pioneering Psychoanalyst Sabina Spielrein 'Destruction as a Cause of Coming Into Being'. **International Review of Psycho-Analysis**, Londres, v. 19, p. 399-414, 1992.

VIDAL, F. Sabina Spielrein, Jean Piaget: going their own ways. **Journal of Analytical Psychology**, Londres, v. 46, n. 1, p. 139-153, 2001.

O Grupo Caminhos Junguianos como uma experiência de pesquisa e ensino-aprendizagem em Psicologia Analítica

Walter Melo

Introdução

O estudo sistemático da Psicologia Analítica no Brasil tem início com o trabalho desenvolvido por Nise da Silveira na Seção de Terapêutica Ocupacional e Reabilitação (STOR), no antigo Centro Psiquiátrico Pedro II (CPPII), origem do Museu de Imagens do Inconsciente (MII). Esse trabalho representa uma mudança radical nas concepções e ações referentes ao campo da saúde mental: (1) trata-se de um firme posicionamento contra a psiquiatria biologicista e seus métodos agressivos (SILVEIRA, 1981; 1986; 1992; MELO, 2001; 2005; 2009a; 2009b; MELLO, 2014); (2) assume um compromisso com o tratamento em liberdade, antecipando em alguns aspectos a Reforma Psiquiátrica brasileira (RPb) (MELO, 2007); (3) produz intensos diálogos com diversos artistas, levando para a sociedade o debate sobre o campo da saúde mental (MELO, 2010a; 2010b; 2011); (4) instaura uma inflexão teórica a partir das concepções de Jung (MELO; FERREIRA, 2013).

Seguindo essa tradição, desenvolvemos alguns aspectos referentes às implicações terapêuticas e pedagógicas da abordagem de Jung. Este percurso clínico e acadêmico teve início na Casa das Palmeiras, clínica em regime de externato inserida

no campo da saúde mental, fundada por Nise da Silveira e colaboradores em 1956 (SILVEIRA, 1986). Neste ambiente pautado pela “liberdade, atividade e afetividade” (MELO, 2001; 2017), foi possível acompanhar a emergência de conteúdos psíquicos integradores no cotidiano das atividades expressivas, evidenciando uma diversidade metodológica (MELO, 2018). Assim, as séries de imagens do inconsciente foram acompanhadas nos ateliês de pintura e de modelagem, em encenações teatrais, nas interações com a cidade (MELO, 2009a), na marcenaria e na elaboração de textos poéticos (MELO, 2013).

A experiência fundamental da Casa das Palmeiras serviu de base para trabalhos clínicos posteriores: no consultório particular; no ambulatório da Universidade Aberta da Terceira Idade (UnATI), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); na prática de acompanhamento terapêutico (AT); e no setor de emergência do Hospital Psiquiátrico de Jurujuba (HPJ), em Niterói, Rio de Janeiro. Aos poucos, porém, essa intensa prática clínica foi sendo mesclada às atividades acadêmicas – residência, mestrado, doutorado e pós-doutorado – criando condições favoráveis para um modelo pedagógico pautado, também, pelas variações metodológicas.

O Grupo Caminhos Junguianos da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) desenvolve ações articuladas de ensino/pesquisa/extensão, pautando-se na Psicologia Analítica. O interesse de Jung pelos fenômenos anômalos serve de base para o cotidiano de trabalho na universidade e cria importantes implicações pedagógicas (MELO, 2015), pautadas em duas diretrizes: (1) a educação pelo trabalho; (2) a busca pelos fundamentos teórico-metodológicos. Dessa maneira, a formação de estudantes possui dois vetores que se comunicam: (a) a prática clínica vinculada a diversas instituições de saúde e aos debates que emergem do campo social; (b) a reflexão teórica permanente. Trata-se, portanto, de um esforço para a organização de um espaço de debates que não se restrinja aos modos de representação do psiquismo (esboçados a partir de critérios de verdade), mas que priorize as maneiras de instalar o humano (legitimadas pelos critérios éticos) (FIGUEIREDO, 2015).

A educação pelo trabalho se dá, ao longo dos anos, em um campo multifacetado de práticas – Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), Acompanhamento Terapêutico (AT) e Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) –, possibilitando a organização de conhecimento tácito¹: “*incorporado às capacidades* afetivas, cognitivas, motoras e verbais de um sujeito. [...] de natureza eminentemente pré-reflexiva” (FIGUEIREDO, 2015, p. 116). Como o conhecimento tácito corre o risco de se tornar mecânico, há um esforço de sistematizar a produção de conhecimento em supervisões semanais e em pesquisas que integram estudantes de diferentes âmbitos – iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado – com a intenção de “abrir no curso da ação o tempo da indecisão, o do adiamento da ação, tempo em que podem emergir novas possibilidades de escutar e falar” (FIGUEIREDO, 2015, p. 125).

Há, portanto, que se manter a tensão entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito. Assim, os recursos pedagógicos cumprem duas importantes funções: possibilitar a inteligibilidade da experiência e o pensamento crítico-reflexivo (FIGUEIREDO, 2015). No entanto, nem todo conhecimento advindo da experiência é passível de se tornar explícito, inclusive o conhecimento dos professores. Assim, para que se possibilite o trânsito entre as duas formas de conhecimento – a educação pelo trabalho e a busca pelos fundamentos teórico-metodológicos – devem ser adotadas estratégias (recursos pedagógicos) que façam essa conexão, como as listas, os esquemas classificatórios, as cartas, os diálogos e as narrativas dramáticas (FEYERABEND, 2010). Em nosso contexto de estudos, privilegiamos o diálogo e as narrativas dramáticas (como os casos clínicos e os relatos de experiências institucionais).

¹ Em suas argumentações, Luiz Cláudio Figueiredo está apoiado nas concepções de Michael Polanyi (1974).

Esses diálogos e narrativas são aprofundados durante o Seminário Caminhos Junguianos², na elaboração de relatórios, dissertações, teses e em publicações (MELO; RESENDE; SILVEIRA; HENRIQUES; SOUZA, 2015; SOUZA; MELO, 2018; HENRIQUES; MELO, 2019; MELO; RESENDE, 2019). A partir dessas ações, o Grupo Caminhos Junguianos serviu de base para a criação do GT de Psicologia Junguiana, vinculado à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Anpepp), fundamental para a instauração de um *lócus* para a Psicologia Analítica em meio acadêmico.

A abundância do mundo e as metodologias variadas

Uma das características da produção científica, ou melhor, da produção acadêmica³, é o esforço permanente para simplificar os fenômenos observados (empirismo) e os raciocínios (racionalismo). Assim, ocorre a conquista da abundância e passamos a viver em “um mundo que só obedece a ditames científicos e a imperativos econômicos” (FEYERABEND, 2006, p. 13). Esta maneira de moldar e de afetar a realidade confere monotonia aos fenômenos que, a princípio, são extremamente variados. As pretensões de universalidade do conhecimento não evidenciam a unicidade daquilo que é representado, mas, antes, a instauração de um modo unívoco de conceber a realidade:

Muitos intelectuais são a favor dessa *abordagem autoritária*. Eles podem transbordar de preocupação por seus pares, os outros seres humanos, podem falar de “verdade”, “razão”, “objetividade” e até de “liberdade”, mas o que realmente querem é o poder para reformar o mundo em sua própria imagem (FEYERABEND, 2010, p. 71).

2 O Seminário Caminhos Junguianos teve, até o momento, as seguintes edições: (I) A Liberdade Ainda que Tardia (2013) – abordando a entrada da Psicologia Analítica nas universidades e em programas de pós-graduação *stricto sensu*; (II) A Travessia do Sussuarão (2015) – com debates sobre a proposta interdisciplinar de Jung que, ao longo de seus estudos, promoveu importantes articulações com pesquisadores de diversas áreas do conhecimento; (III) A Poesia na Luta/A Luta na Poesia (2017) – com debates sobre a relação entre as artes e a resistência política. Neste ano (2019), acontecerá o IV Seminário Caminhos Junguianos: outra metade de mim, outra metade de nós, abordando a diversidade religiosa em nosso país.

3 Dessa maneira, podemos incluir, sem maiores polêmicas, as chamadas Ciências Humanas, dentre as quais a Psicologia.

Esta maneira de conceber o mundo e de produzir conhecimento sempre foi extremamente criticada por Jung. Considerava que aspectos pessoais interferiam de maneira direta nas observações dos fenômenos e nas concepções teóricas. Isso se daria em qualquer área do conhecimento, mais ainda na Psicologia. Temos, portanto, a afirmação da validade de diferentes concepções psicológicas e a defesa enfática da variedade de maneiras de observação, de metodologias empregadas e de concepções teóricas (JUNG, 2011a). Jung concebe a Psicologia como um campo múltiplo, com tendência à ampliação de modelos teóricos.

Mas Jung não está se referindo apenas a visão de determinado pesquisador e as maneiras como ele observa e raciocina. Sua crítica se estende aos procedimentos utilizados e à necessidade de confirmação de determinadas ideias. Em seus estudos, permanecia atento aos fenômenos anômalos (MELO, 2015): no início da carreira pesquisou sessões mediúnicas (JUNG, 2011b) e reelaborou o teste de associação de palavras (JUNG, 2011c); auxiliou Bleuler na mudança de concepção de demência precoce para esquizofrenia e elaborou o conceito de “complexo de tonalidade afetiva” (JUNG, 2011d); posteriormente, se aproximou da Psicanálise, tornando-se um de seus principais colaboradores (JUNG, 2011e); empreendeu estudos de mitologia comparada para acompanhar as fantasias de uma paciente de Flournoy, reelaborando o conceito de “energia psíquica” (JUNG, 2011f); empreendeu estudos sobre alquimia, estabelecendo conexões históricas entre a Psicologia Analítica e a obra alquímica (JUNG, 2011g); estabeleceu diálogos com o físico Wolfgang Pauli, elaborando a noção de “sincronicidade” (JUNG, 2011h).

Além da variedade dos modos de observação e de temáticas que extrapolam o campo científico habitual, Jung propôs metodologias variadas: teste de associação de palavras (JUNG, 2011c); mitologia comparada (JUNG, 2011f); confissão, esclarecimento, educação e transformação (JUNG, 2011i); método redutivo-causal e método sintético-constutivo (hermenêutico) (JUNG, 2011j); estudo da série de imagens do inconsciente (JUNG, 2011g, 2011k; MATTOON, 2013; SILVEIRA, 1981, 1992); imaginação ativa (JUNG, 2011l, 2011m); amplificação e circunambulação (JUNG, 2011g).

Ao longo da obra de Jung há, portanto, uma variedade de percepções, procedimentos, fenômenos, concepções teóricas e metodologias. Essa diversidade intensifica a produção de conhecimentos variados, implicando em novas elaborações pedagógicas: o estudante e seus múltiplos interesses passam a ocupar o centro das atividades desenvolvidas, nas quais estão presentes as histórias de vida, as diferentes personalidades, as maneiras de interagir, os estilos, os critérios éticos, os valores etc. Assim, além da multiplicidade de métodos, pretende-se trabalhar contra as regras de pesquisa bem estabelecidas, contrariando a mecanização e os hábitos (FEYERABEND, 2011).

Mitologemas e variações

As vivências emocionais são, muitas vezes, incompreensíveis e fazem emergir conteúdos psíquicos: pensamentos, fantasias, imagens etc. Em situações clínicas, Jung buscava compreender esse tipo de material por duas vias: (1) pelas associações com as experiências de vida do analisando, buscando os motivos pessoais relacionados a determinado conteúdo psíquico (método redutivo-causal); (2) quando o primeiro procedimento não oferece novas possibilidades de significação, o material decomposto no processo de análise passa, em seguida, por uma síntese (método sintético-construtivo) (JUNG, 2011j).

Muitas vezes, é possível identificar paralelos entre o material psíquico e temas culturais, de base arquetípica. Duas observações devem ser feitas: (1) não temos acesso ao arquétipo em si, pois este é um conceito limite, mas sim às imagens arquetípicas (JUNG, 2011n; JACOBI, 1986); (2) como esses temas identificados estão presentes em diversos relatos míticos, muitas vezes se supõem que há a elaboração inconsciente de uma narrativa mítica inteira, quando o que ocorre é a emergência de núcleos temáticos semelhantes, mas não iguais, denominados “mitologemas” (JUNG; KERÉNYI, 2001).

Os mitologemas se caracterizam como fragmentos dinâmicos de temas que encerram um drama emocional, compondo a relação entre a unidade e a diver-

cidade, pois o núcleo temático comum entre conteúdo psíquico e material da cultura produz uma unidade, ainda incompreensível. Esse primeiro paralelo somente passa a criar condições de inteligibilidade quando são efetuadas outras correlações com o mesmo tema central, ou seja, quando um tema é circunscrito, mas enriquecido pelas variações, “que se constituem no verdadeiro pulmão da mitologia” (BRANDÃO, 2004, p. 25).

Assim, temos, por exemplo, o núcleo central de uma experiência edípica, mas temos, também, a trilogia teatral de Sófocles. Mas, onde Sófocles buscou o material para compor os seus textos? Em inúmeras lendas com as variações do mito (KERÉNYI; HILLMAN, 1995). O mito, portanto, passa a ter uma versão canônica, principalmente quando é narrado de maneira escrita, e relega as variantes ao segundo plano. No âmbito pessoal, a emergência de um determinado conteúdo psíquico de base arquetípica evidencia a criação de um mito canônico, de uma repetição e, ao mesmo tempo, de um impulso para a repetição. Nesse caso, os paralelos com produções da cultura têm o caráter de variações, possibilitando que o tema entre novamente em movimento.

A multiplicidade de significados

O arquétipo é definido como uma forma sem conteúdo, como uma possibilidade, como “energia psíquica aglomerada” (JACOBI, 1986, p. 73). Em uma situação emocional que afeta drasticamente o sujeito, o campo inconsciente produz, de maneira compensatória, material simbólico (imagem arquetípica), formando uma representação da energia psíquica que precisa escoar (JUNG, 2011o). O símbolo é definido como “a melhor designação ou fórmula possível de um fato relativamente desconhecido” (JUNG, 2011a, p. 487). De maneira contrária, um conteúdo conhecido, que possui significação determinada, é um signo. Portanto, o símbolo possui variadas significações. Podemos deduzir, então, que a postura consciente frente a um material psíquico pode reduzi-lo a um significado único (signo) ou buscar a multiplicidade de sentidos (símbolo) (JUNG, 2011a). Para ganhar inteligibilidade, Jung recorre

às analogias (amplificação). Há, aí, duas possíveis conclusões precipitadas: (1) o terapeuta estaria inserindo conteúdos e, portanto, atribuindo significações (precipitação de psicólogos e/ou estudantes identificados com outras referências teóricas); (2) as analogias podem variar de maneira indeterminada (precipitação de psicólogos e/ou estudantes identificados com a abordagem junguiana). A segunda precipitação acaba justificando a primeira.

Como critério de parcimônia, Jung adota três procedimentos: (1) a analogia não é uma afirmação direta sobre o conteúdo psíquico, mas um “como se” (VAIHINGER, 2011); (2) a analogia deve causar impacto emocional e possibilitar a reflexão sobre o conteúdo original; (3) as analogias (amplificação) não devem produzir um afastamento em relação à imagem inicial, mas perfazer um caminho de afastamento e retorno à imagem psíquica, para uma nova analogia e retorno à imagem, produzindo uma estrutura circular ou em espiral (circuambulação). A referência para as analogias é sempre a imagem psíquica produzida por determinado sujeito em determinada situação emocional. Os significados não são atribuídos pelas analogias, mas pela reflexão provocada a partir delas. Enfim, o que importa e está em jogo é uma situação específica e não uma possível universalidade simbólica. Não se trata, portanto, de atribuir sentidos externos à vivência pessoal, mas possibilitar esclarecimento sobre algo obscuro.

Fazer mundo todos os dias

As proposições de Jung apontam para um esforço de superação de hábitos mentais e metodológicos. Dessa maneira, não se posiciona nem como puro empirista nem como puro racionalista. A produção de conhecimento deve levar em consideração que, entre a coisa em si (*esse in re*) e a ideia (*esse in intellectu*), existe a realidade em nós (*esse in anima*) (JUNG, 2011a):

A realidade viva não é dada exclusivamente pelo produto do comportamento real e objetivo das coisas, nem pela

fórmula ideal, mas pela combinação de ambos no processo psicológico vivo, pelo *esse in anima*. Somente através da atividade vital e específica da psique alcança a impressão sensível aquela intensidade, e a ideia, aquela força eficaz que são os dois componentes indispensáveis da realidade viva. Esta atividade autônoma da psique, que não pode ser considerada uma reação reflexiva às impressões sensíveis nem um órgão executor das ideias eternas, é, como todo processo vital, um ato de criação contínua. A psique cria a realidade todos os dias. A única expressão que me ocorre para designar esta atividade é *fantasia* (JUNG, 2011a, p. 66, grifo no original).

Desta longa citação, vamos destacar duas ideais interligadas: a fantasia é um ato de criação contínua e, a partir dela, a psique cria mundo. Jung (2011f) já havia postulado duas formas de pensamento: fantasia e dirigido. Enquanto o pensamento dirigido se caracteriza como um esforço de inteligibilidade direcionado para o outro, sendo cansativo e visando à adaptação, o pensamento “fantasia” ocorre de maneira contínua, não tendo nenhuma finalidade produtiva. Nesse primeiro momento, a fantasia é tida como algo que pode afastar o sujeito da realidade e não possui nenhuma relação com o mundo compartilhado de maneira cotidiana. Ao abrir mão da dualidade de pensamentos – fantasia e dirigido – e sem excluir a possibilidade de afastamento da realidade objetiva, Jung aprimora suas concepções e a fantasia passa a correlacionar ideia e coisa, sendo um fator preponderante de criação, inclusive da criação científica (PAULI, 1996).

A própria Psicologia Analítica se desenvolve, em grande medida, a partir da fantasia criadora (JUNG, 2012), encontrando paralelo histórico na alquimia chinesa (JUNG; WILHELM, 2013), passando para a elaboração teórica (JUNG, 2011g). Esse desenvolvimento é fruto de um duplo movimento, cada qual em dois níveis, da linguagem e da compreensão, respectivamente: (1) a produção dramática a partir de um engajamento literal com as imagens, inclusive através de diálogos (prática da imagem) e a meditação através de fantasias sobre as próprias imagens (elaboração lírica); (2) o trabalho de reflexão composto pela

própria elaboração lírica e, posteriormente, pela elaboração da linguagem conceitual. A psique se caracteriza, dessa maneira, como um mundo vivo, regido pela imaginação e a proposta de Jung se configura como uma ética de “respeito às imagens” (HILLMAN, SHAMDASANI, 2015, p. 110).

Pautado em textos alquímicos, Jung (2011k) recomenda que fiquemos com a imagem produzida de maneira espontânea. Há, portanto, a “necessidade de concentrar-se na obra e de meditar sobre ela” (JUNG, 2011g, p. 160). Lembrando que meditação, aqui, possui o sentido de “diálogo interior” e não de meditação cartesiana. A imagem simbólica caracteriza-se por não ser compreensível de maneira imediata e de representar uma parcela de energia psíquica estagnada. Ficar com a imagem e meditar a partir dela (imaginação ativa) são tarefas que demandam tempo e possibilitam que a energia psíquica seja colocada novamente em movimento.

As elaborações imagéticas levadas a cabo por Jung (2012) no “Livro vermelho” favorecem, inicialmente, a formulação estética que necessita, num segundo momento, do confronto consciente com essas imagens: “a formulação estética precisa da compreensão do significado do material, e a compreensão, por sua vez, precisa da formulação estética” (JUNG, 2011l, p. 31-32). Na relação entre a expressão de um conteúdo inconsciente (formulação estética) e a compreensão do significado (confronto ético), temos dois fenômenos que são necessários, caracterizando o que Jung denomina pelo termo “função transcendente”: a aproximação entre o conteúdo inconsciente e o seu oposto; e a postura reflexiva do sujeito.

Considerações finais

A proposta do Grupo Caminhos Junguianos de produzir conhecimento a partir da educação pelo trabalho e da busca pelos fundamentos teórico-metodológicos leva em consideração alguns valores que implicam em determinados procedimentos: (1) considerar que o mundo é abundante, não sendo possível

sua apreensão total por qualquer modelo cientificista e/ou concepções teóricas (FEYERABEND, 2006); (2) que a tentativa de apreensão de fenômenos tão variados determina uma redução do escopo de fenômenos que merecem ser observados, criando hábitos mentais repetitivos e metodologias padronizadas, sendo necessária a criação de contrarregras e de metodologias diversificadas (FEYERABEND, 2011); (3) a emergência de temas de suma importância não pode ser tratada como algo que se conhece de antemão e nem que encerre uma totalidade discursiva, ao contrário, os temas que surgem em experiências nos campos de prática e no âmbito da pesquisa devem ser debatidos com a intenção de abrir espaço para um tempo de adiamento da ação (FIGUEIREDO, 2015) e para os significados variados (JUNG, 2011a); (4) possibilitar que a relação entre concepções canônicas e as variações temáticas sejam trabalhadas (JUNG, 2011g; JUNG; KERÉNYI, 2001); e, sem abrir mão da clareza que possibilita a comunicação com os outros, incentivar a enunciação de fantasias criadoras (*esse in anima*), trabalhadas de maneira cotidiana (JUNG, 2011a).

Referências

BRANDÃO, J. S. **Mitologia grega**. Petrópolis: Vozes, 2004. v. 1.

FEYERABEND, P. **A conquista da abundância**. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

_____. **Adeus à razão**. São Paulo: Unesp, 2010.

_____. **Contra o método**. São Paulo: Unesp, 2011.

FIGUEIREDO, L. C. M. **Revisitando as Psicologias**: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. Petrópolis: Vozes, 2015.

HENRIQUES, V. F.; MELO, W. A recepção das premissas de Haeckel na obra de Jung. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 31, n. 1, p. 11-15, 2019.

HILLMAN, J.; SHAMDASANI, S. **Lamento dos mortos**: a psicologia depois de O Livro Vermelho de Jung. Petrópolis: Vozes, 2015.

JACOBI, J. **Complexo, arquétipo e símbolo**. São Paulo: Cultrix, 1986.

JUNG, C. G. **Tipos psicológicos**. Petrópolis: Vozes, 2011a.

_____. **Estudos psiquiátricos**. Petrópolis: Vozes, 2011b.

_____. **Estudos experimentais**. Petrópolis: Vozes, 2011c.

_____. **Psicogênese das doenças mentais**. Petrópolis: Vozes, 2011d.

_____. **Freud e a psicanálise**. Petrópolis: Vozes, 2011e.

_____. **Símbolos da transformação**. Petrópolis: Vozes, 2011f.

JUNG, C. G. **Psicologia e alquímia**. Petrópolis: Vozes, 2011g.

_____. **Sincronicidade**. Petrópolis: Vozes, 2011h.

_____. Os problemas da psicoterapia moderna. In: JUNG, C. G. **A prática da psicoterapia**. Petrópolis: Vozes, 2011i. p. 66-89.

_____. **Psicologia do inconsciente**. Petrópolis: Vozes, 2011j.

_____. A aplicação prática da análise dos sonhos. In: JUNG, C. G. **Ab-reação, análise dos sonhos e transferência**. Petrópolis: Vozes, 2011k. p. 22-45.

_____. A função transcendente. In: JUNG, C. G. **A natureza da psique**. Petrópolis: Vozes, 2011l. p. 13-38.

_____. Fundamentos de psicologia Analítica. In: JUNG, C. G. **A vida simbólica**. Petrópolis: Vozes, 2011m. v. 1. p. 13-200.

_____. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis: Vozes, 2011n.

_____. **A energia psíquica**. Petrópolis: Vozes, 2011o.

_____. **Livro vermelho: Liber Novus**. Petrópolis: Vozes, 2012.

JUNG, C. G.; KERÉNYI, C. **Introduction à l'essence de la mythologie**. Paris: Payot, 2001.

JUNG, C. G.; WILHELM, R. **O segredo da flor de ouro**. Petrópolis: Vozes, 2013.

KERÉNYI, K.; HILLMAN, J. **Édipo e variações**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MATTOON, M. A. **Como entender os sonhos**. São Paulo: Paulus, 2013.

MELO, W. **Nise da Silveira**. Rio de Janeiro/Brasília: Imago/CFP, 2001.

_____. **Ninguém vai sozinho ao paraíso: o percurso de Nise da Silveira na psiquiatria do Brasil**. Tese [doutorado]. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. Maceió é uma cidade mítica: o mito da origem em Nise da Silveira. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 101-124, 2007.

_____. **O terapeuta como companheiro mítico: ensaios de psicologia analítica**. Rio de Janeiro: Espaço Artaud, 2009a.

_____. Nise da Silveira e o campo da saúde mental (1944-1952): contribuições, embates e transformações. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 30-52, 2009b.

_____. Nise da Silveira, Antonin Artaud e Rubens Corrêa: fronteiras da arte e da saúde mental. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 182-191, 2010a.

_____. Nise da Silveira, Fernando Diniz e Leon Hiszman: política, sociedade e arte. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 633-652, 2010b.

_____. O efeito dominó: a relação entre a obra de Nise da Silveira e a arte concreta no Brasil. In: MELO, W.; FERREIRA, A. P. (Orgs.). **A sabedoria que a gente não sabe**. Rio de Janeiro: Espaço Artaud, 2011. p. 79-94.

_____. **Oswaldo dos Santos**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

_____. O interesse de Jung pelos fenômenos anômalos: concepções do campo científico e implicações pedagógicas. In: MELO, W.; RESENDE, P. H. C.; SILVEIRA, S.; HENRIQUES, V. F.; SOUZA, E. A. F. (Orgs.). **A liberdade ainda que tardia**. Rio de Janeiro: Espaço Artaud, 2015. p. 90-103.

MELO, W. Il Museo delle Immagini dell'Inconscio: storia, metodo, trasformazione culturale. **Osservatorio Outsider Art**, Palermo, 13, 2017.
p. 100-115.

_____. La constellation des mythologèmes: aspects des phénomènes de synchronicité. **M@gm@: Rivista Internazionale di Scienze Umane e Sociali**, Catania, v. 16, n. 2, p. 1-6, 2018.

MELO, W.; FERREIRA, A. P. Clínica, pesquisa e ensino: Nise da Silveira e as mutações na psiquiatria brasileira. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 555-569, 2013.

MELO, W.; RESENDE, P. H. C. The impact of James's Varieties of Religious Experience on Jung's work. **History of Psychology**, Washington, v. 22, p. 1-15.

MELO, W.; RESENDE, P. H. C.; SILVEIRA, S; HENRIQUES, V. F.; SOUZA, E. A. F. (Orgs.). **A liberdade ainda que tardia**. Rio de Janeiro: Espaço Artaud, 2015.
MELLO, L. C. **Nise da Silveira: caminhos de uma psiquiatra rebelde**. Rio de Janeiro: Automatica, 2014.

PAULI, W. La influencia de las ideas arquetípicas em las teorías científicas de Kepler. In.: ENZ, C. P.; MEYENN, K. (Orgs.). **Escritos sobre física y filosofía**. Madrid: Debate, 1996. p. 277-353.

POLANYI, M. **Personal Knowledge: towards a post-critical philosophy**. Chicago: University of Chicago, 1974.

SILVEIRA, N. **Imagens do inconsciente**. Rio de Janeiro: Alhambra, 1981.

_____. **Casa das Palmeiras: a emoção de lidar**. Rio de Janeiro: Alhambra, 1986.

_____. **O mundo das imagens**. São Paulo: Ática, 1992.

SOUZA, E. A.; MELO, W. Os argumentos psicológicos em “A Estrutura das Revoluções Científicas” de Thomas Kuhn. **Psicologia em Estudo**, Maringá, 23, p. 1-14, 2018.

VAIHINGER, H. **A filosofia do como se**. Chapecó: Argos, 2011.

Sobre os autores

Alexandre Simões

Psicanalista. Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre e Doutor pela mesma universidade, na linha de pesquisa Filosofia e Teoria Psicanalítica. Docente do curso de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Campus Divinópolis.

E-mail: alexandresimoes@terra.com.br

Carlos Roberto Drawin

Psicólogo, Doutor e Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professor titular da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, professor aposentado do curso de Filosofia da UFMG.

E-mail: carlosdrawin@yahoo.com.br

Fátima Caropreso

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFScar). Mestre e Doutora em Filosofia (UFScar). Professora do curso de Psicologia e dos Programas de Pós-graduação em Psicologia e em Filosofia da Universidade

Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: fatimacaropreso@uol.com.br.

Fuad Kyrillos Neto

Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com pós-doutoramento pelo Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), e pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Coordenador do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ) (2018-2019). Integrante do Núcleo de Pesquisa Investigações Clínico-culturais em Psicanálise vinculado ao PPGPSI/UFSJ.

E-mail: fuadneto@ufsj.edu.br

Jacqueline de Oliveira Moreira

Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Membro do Grupo de Trabalho Psicanálise, Política e Clínica da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). Bolsista Produtividade PQ 2 CNPq.

E-mail jackdrawin@yahoo.com.br

Júlio Eduardo de Castro

Doutor em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com pós-doutorado na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia

da Universidade Federal de São João del-Rei (PPGPSI-UFSJ). Integrante do Núcleo de Pesquisa Práxis da Clínica Psicanalítica, vinculado ao PPGPSI-UFSJ. E-mail: julioecastro@mgconecta.com.br

Maria Gláucia Pires Calzavara

Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE-UFMG), com pós-doutorado na UFMG. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (PPGPSI/UFSJ). Integrante do Núcleo de Pesquisa de Práxis da Clínica Psicanalítica, vinculado ao PPGPSI/UFSJ.

E-mail: glauciacalzavara@gmail.com

Pedro Laureano Sobrino

Doutor em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (PPGPSI/UFSJ). Integrante do Núcleo de Pesquisa Investigações Clínico–culturais em Psicanálise, vinculado ao PPGPSI/UFSJ.

E-mail: pedro@laureanopsi.com.br

Roberto Calazans

Doutor em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pós-doutorado na UFRJ. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq nível 2. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (PPGPSI/UFSJ). Integrante do Núcleo de Pesquisa Práxis da Clínica Psicanalítica, vinculado ao PPGPSI/UFSJ.

E-mail: roberto.calazans@gmail.com

Walter Melo

Doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (2005) com pós-doutorado pela Sorbonne (2018). Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Coordenador do Grupo de pesquisa Caminhos Junguianos (GCJ) vinculado ao PPGPSI/UFSJ. Membro do GT de Psicologia Junguiana: arte, saúde e cultura, vinculado à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP).

E-mail: wmelojr@gmail.com

Wilson Camilo Chaves

Doutor em Filosofia pela Universidade de São Carlos (UFSCar). Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei. Integrante do Núcleo de Pesquisa Investigações clínico-culturais em psicanálise, vinculado ao PPGPSI/UFSJ.

E-mail: camilo@ufsj.edu.br

Este livro foi produzido pela Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais – EdUEMG em julho de 2019.

O texto foi composto em Garamond e Open Sans, de Robert Slimbach e Steve Matteson.

Para obter mais informações sobre outros títulos da EdUEMG, visite o site: eduemg.uemg.br